

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E DA SAÚDE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS AMBIENTAIS

MARCOS ROGÉRIO NAVARRO

AVALIAÇÃO DAS PRAÇAS PÚBLICAS: Perspectivas das
Dinâmicas Urbanas e Políticas Públicas de Lazer nas Praças da
Poligonal Histórica de São Carlos- SP.

SÃO CARLOS -SP

2021

MARCOS ROGÉRIO NAVARRO

AVALIAÇÃO DAS PRAÇAS PÚBLICAS:

Perspectivas das Dinâmicas Urbanas e Políticas Públicas de Lazer nas Praças da Poligonal Histórica de São Carlos- SP.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais da Universidade Federal de São Carlos, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Ciências Ambientais¹.

Orientador: Prof. Dr. Celso Maran de Oliveira

São Carlos-SP

2021

¹ Apoio: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001

Navarro, Marcos Rogério

Avaliação das praças públicas: perspectivas das dinâmicas urbanas e políticas públicas de lazer nas praças da poligonal histórica de São Carlos - SP. / Marcos Rogério Navarro -- 2021. 106f.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de São Carlos, campus São Carlos, São Carlos
Orientador (a): Celso Maran de Oliveira
Banca Examinadora: Luzia Cristina Antoniossi Monteiro, Marcel Britto
Bibliografia

1. Políticas públicas. 2. Sustentabilidade . 3. Praças. I. Navarro, Marcos Rogério. II. Título.

Ficha catalográfica desenvolvida pela Secretaria Geral de Informática (Sin)

DADOS FORNECIDOS PELO AUTOR

Bibliotecário responsável: Ronildo Santos Prado - CRB/8 7325



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

Centro de Ciências Biológicas e da Saúde
Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais

Folha de Aprovação

Defesa de Dissertação de Mestrado do candidato Marcos Rogério Navarro, realizada em 27/10/2021.

Comissão Julgadora:

Prof. Dr. Celso Maran de Oliveira (UFSCar)

Profa. Dra. Luzia Cristina Antoniossi Monteiro (UFSCar)

Prof. Dr. Marcel Britto (UNESP)

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.
O Relatório de Defesa assinado pelos membros da Comissão Julgadora encontra-se arquivado junto ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais.

AGRADECIMENTOS

Ao Prof. Dr. Celso Maran de Oliveira, por me receber e incentivar durante o processo.

Aos componentes da banca, por tantas contribuições importantes.

À minha mãe, por me permitir oportunidades diferentes da nossa realidade familiar, incentivando o acesso à formação acadêmica.

À Liana Romera, pela inspiração e incentivo, desde a primeira graduação.

À Roberta, por ter segurado minha mão desde o primeiro momento.

À Nayara, por sempre me amparar e ampliar meus horizontes durante o curso.

Aos amigos de Rio Preto, Vanessa, Midori, Juninho e Thomas, por serem incentivo, abraço e aconchego.

À Bruna, por ser abraço distante, mas se mostrar disponível todo tempo.

À Giovanna, pela solicitude.

À Juliane e os colegas de trabalho do SENAC, pelo apoio durante o período de escrita.

À Camila, por me permitir conciliar as atividades profissionais às demandas das disciplinas e pesquisa.

À Daniele, por segurar minha mão e me apresentar tantas possibilidades. Obrigado um milhão de vezes!

Ao Márcio, por toda paciência, amizade e disponibilidade. Você foi mais que luz e fez com que as dificuldades pessoais atuais não interferissem no andamento da pesquisa. Obrigado dois milhões de vezes!

Há muito de vocês neste trabalho. Há muito de vocês em mim!

E a todos que acreditam e lutam por espaços mais justos, democráticos e saudáveis.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

“O homem é tão bem manipulado e ideologizado,
que até mesmo seu lazer se torna uma extensão
do trabalho.”

(Theodor Adorno)

RESUMO

Navarro, M. R. – AVALIAÇÃO DAS PRAÇAS PÚBLICAS: Perspectivas das Dinâmicas Urbanas e Políticas Públicas de Lazer nas Praças da Poligonal Histórica de São Carlos - SP. 2021 – 106p: Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de São Carlos, Centro de Ciências Biológicas e da Saúde, Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais, São Carlos, 2021.

O lazer, como uma das funções sociais da cidade, desempenha papel importante na saúde da população, porém sofreu interferências ao longo das modificações do tecido urbano pós-moderno. A fragmentação urbana e o zoneamento monofuncional tendem a reduzir os espaços públicos como circuitos de deslocamento pendulares, o que afeta diretamente a qualidade do tempo livre dos cidadãos, especialmente de baixa renda. Como consequência, o esvaziamento do centro da cidade em horários que excedam os comerciais, afasta a população da permanência nos locais destinados ao lazer. Nesse sentido, a partir da combinação de levantamento bibliográfico, estudo de caso e análise quali-quantitativa, buscou-se avaliar a apropriação das praças da Poligonal Histórica de São Carlos, trazendo à luz a importância do lazer como função social da cidade e como direito fundamental dos cidadãos. Foi aplicado questionário *on-line*, via *Google Forms*, sendo as respostas combinadas ao que a literatura proporciona. Por meio dos resultados obtidos, foi possível observar que pouco tem sido feito para que os espaços sejam atualizados às necessidades humanas. Viu-se que os equipamentos disponíveis não correspondem às expectativas da população no exercício do direito ao lazer na região. Há um elevado número de bancos, desproporcional à quantidade de lixeiras, grandes trechos de circulação, porém poucas oportunidades de atividades estacionárias. Espera-se que a metodologia abordada sirva de mote para estudos futuros, tanto em diferentes regiões do município, quanto em outras cidades médias, com vistas a diminuir as diferenças socioambientais e garantir o desenvolvimento ordenado e sustentável.

Palavras-chave: Políticas Públicas; Lazer; Praças; Espaços Públicos; Sustentabilidade;

ABSTRACT

Navarro, M. R. – ASSESSMENT OF PUBLIC SQUARES: Perspectives of Urban Dynamics and Leisure Public Policies in the Squares of the Historic Polygonal of São Carlos – SP. 2021 – 106p: Dissertation (Master's Degree) – Federal University of São Carlos, Center for Biological and Health Sciences, Postgraduate Program in Environmental Sciences, São Carlos, 2021.

Leisure, as one of the social functions of the city, plays an important role in the health of the population, but has suffered interference along the modifications of the postmodern urban layout. Urban fragmentation and monofunctional zoning tend to reduce public spaces as commuting circuits, which directly affect the quality of spare time, especially for low-income citizens. As a result, the emptying of the center of the city at times that exceed commercial hours, keeps the population away from staying in places intended for leisure. In this sense, the present study, based on the combination of bibliographical research, case study and qualitative-quantitative analysis model, we sought to assess the appropriation of the squares in the Historical Polygonal of São Carlos, bringing to light the importance of leisure as a social function of the city and as a fundamental right to the citizens. An on-line interview was requested, via google forms, and the responses were combined with what the literature offers. Through the results obtained, it was possible to observe that little has been done so that the spaces aren't updated to human needs. It was seen that the available equipment does not correspond to the expectations of the population in order to guarantee the social right to leisure in the region. There is a large number of banks, disproportionate to the number of dumps, large ways to walk, but few opportunities for stationary activities. It is expected that the approached methodology will serve as a motto for future studies, both in different regions of the municipality, as in other medium cities, with a view to reduce socio-environmental differences and ensure orderly and sustainable development.

Key-words: Public Policies; Leisure; Squares; Public Spaces; Sustainability;

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Fotografia 1. Coreto central na Praça Antônio Prado	39
Fotografia 2. Pontos de ônibus da Praça Antônio Prado.	39
Fotografia 3. Bancos em concreto da Praça Antônio Prado..	40
Fotografia. 4. Playground e espaços de convívio na Praça da Paróquia São Benedito..	43
Fotografia 5. Ponto de ônibus com abrigo na Praça da Paróquia São Benedito.	43
Fotografia 6. Nó central na Praça Elias Sales.	46
Fotografia 7. Bancos da Praça Elias Sales.....	46
Fotografia 8. Bancos metálicos no Centro Esportivo Dario Placeres Cardoso Júnior ...	49
Fotografia 9. Espaço de convívio com lixeira no Centro Esportivo Dario Placeres Cardoso Júnior.	50
Fotografia 10. Bebedouro no Centro Esportivo Dario Placeres Cardoso Júnior.....	50
Fotografia 11. Sanitário do Centro Esportivo Dario Placeres Cardoso Júnior	51
Fotografia 12. Bicicletário do Centro Esportivo Dario Placeres Cardoso Júnior	52
Fotografia 13. Prédio da biblioteca da Praça Pedro de Toledo.....	55
Fotografia 14. Bancos sem encosto na Praça dos Voluntários.....	58
Fotografia 15. Espaço de convívio no Mercado Municipal.....	61
Fotografia 16. Acesso à Praça da Catedral.	64
Fotografia 17. Chafariz na Praça Coronel Paulino de Castro	67
Fotografia 18. Busto de Bento Carlos Arruda Botelho	67
Fotografia 19. Monumento em homenagem à Maureen Maggi	70
Fotografia 20. Pavimentação.	74
Fotografia 21. Praça do Centro Esportivo Dario P. Junior à noite.	75
Fotografia 22. Desníveis sem iluminação	76

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Localização do município de São Carlos.....	31
Figura 2. Comparativo de densidades demográficas (1999-2001)	33
Figura 3. Mapa de acréscimo e decréscimo populacional	34
Figura 4. Recorte da Poligonal Histórica (Raio de 500m)	35
Figura 5. Modelo de ficha da metodologia proposta	36
Figura 6. Localização da Praça Antonio Prado.....	37
Figura 7. Disposição dos equipamentos e estruturas presentes na Praça Antônio Prado	38
Figura 8. Entorno imediato na Praça da Paróquia São Benedito.....	41
Figura 9 - Lcalização da Praça São Benedito.....	41
Figura 10. Implantação e mobiliário existente na Praça da Paróquia São Benedito.....	42
Figura 11. Entorno imediato da Praça Elias Sales.....	44
Figura 12. Implantação e mobiliário existente na Praça Elias Sales.....	45
Figura 13. Entorno imediato do Centro Esportivo Dario Placeres Cardoso Júnior	47
Figura 14. Implantação e equipamentos disponíveis no Centro Esportivo Dario Placeres Cardoso Júnior	48
Figura 15. Entorno imediato da Praça Pedro de Toledo	53
Figura 16. Implantação e mobiliário existente na Praça Pedro de Toledo.	54
Figura 17. Entorno imediato da Praça dos Voluntários.....	56
Figura 18. Implantação e mobiliário existente na Praça dos Voluntários.....	57
Figura 19. Entorno imediato do Mercado Municipa	59
Figura 20. Implantação e mobiliário existente no Mercado Municipal.....	60
Figura 21. Entorno imediato da Praça da Catedral	62
Figura 22. Implantação e mobiliário existente na Praça da Catedral.....	63
Figura 23. Entorno imediato da Praça Coronel Paulino de Castro	65
Figura 24. Implantação e mobiliário existente na Praça Coronel Paulino de Castro	66
Figura 25. Entorno imediato da Praça Coronel Salles de Castro.....	68
Figura 26. Implantação e mobiliário existente na Praça Coronel Salles de Castro.....	69

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1. Gênero das pessoas entrevistadas	71
Gráfico 2. Diversidade de usos.....	72
Gráfico 3. Percepção dos usuários.....	73
Gráfico 4. Palavras mais citadas nas respostas dos entrevistados	78

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO E JUSTIFICATIVA.....	14
1. CAMINHOS TEÓRICOS.....	18
1.1 AS DINÂMICAS URBANAS E O DIREITO À CIDADE	18
1.2 OS ESPAÇOS PÚBLICOS URBANOS	22
1.3 O LAZER	24
1.4 OS ESPAÇOS DE LAZER E A AGENDA 2030 PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL.....	27
2. CAMINHOS METODOLÓGICOS.....	29
3.DELIMITAÇÃO DO ESPAÇO GEOGRÁFICO E PROCEDIMENTOS PARA COLETA DE DADOS.....	31
3.1 ANÁLISE DOS ESPAÇOS DE LAZER DA POLIGONAL HISTÓRICA – PERSPECTIVA DO AUTOR.....	33
3.1.1 PRAÇA ANTÔNIO PRADO.....	37
3.1.2 PARÓQUIA SÃO BENEDITO.....	40
3.1.3 LARGO SANTA CRUZ – PRAÇA ELIAS SALES	44
3.1.4 CENTRO ESPORTIVO DARIO PLACERES CARDOSO JUNIOR	47
3.1.5 PRAÇA PEDRO DE TOLEDO – BIBLIOTECA MUNICIPAL AMADEU AMARAL	52
3.1.6 PRAÇA DOS VOLUNTÁRIOS.....	55
3.1.7 MERCADO MUNICIPAL	58
3.1.8 PRAÇA DA CATEDRAL.....	61
3.1.9 PRAÇA CORONEL PAULINO DE CASTRO – JARDIM PÚBLICO	64
3.1.10 PRAÇA CORONEL SALLES DE CASTRO	68
3.2 MEDIDAS COMPORTAMENTAIS	70
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	82
5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	85
6. ANEXOS.....	90
6.1 QUESTIONÁRIO	90
6.2. PRAÇA ANTÔNIO PRADO.....	93
6.3. LARGO SANTA CRUZ.....	93
6.4. PRAÇA ELIAS SALLES	93
6.5. PRAÇA DA BIBLIOTECA.....	95
6.6. PRAÇA DOS VOLUNTÁRIOS.....	95
6.7. PRAÇA DO MERCADO MUNICIPAL.....	95
6.8. PRAÇA DA CATEDRAL.....	96
6.9. JARDIM PÚBLICO	97
6.10. PRAÇA CORONEL SALLES DE CASTRO	97

INTRODUÇÃO E JUSTIFICATIVA

Atualmente, pouco mais da metade da população mundial concentra-se em cidades e a projeção é que este número chegue a 70% até 2050. No Brasil, este movimento ganhou corpo no final do século XX, especialmente nas décadas de 1970 e 1980, com o êxodo rural (IBGE, 2015). De acordo com o censo, o Brasil atingiu um patamar de 84% da população urbana em 2010 (IBGE, 2010).

Com a urbanização acelerada, a segregação socioespacial tornou-se mais acentuada e os espaços públicos receberam diferentes abordagens. Para Grosbaum (2012), o espaço público observado nas cidades europeias do final do século XVIII, a partir da criação de passeios, parques públicos, cafés e teatros, foi gradativamente substituído pelos modelos capitalistas industriais.

O incentivo aos loteamentos e condomínios fechados modificou o espaço urbano a partir da priorização do espaço privado sobre o espaço público que, segundo Grosbaum (2012, p. 35) “opõe-se aos ideais democráticos de heterogeneidade, acessibilidade e igualdade que conduzem à cidadania”.

Para Bauman (2009), o comportamento excludente da sociedade contemporânea é pautado na insegurança e no sentimento generalizado do medo. A partir daí, novas barreiras físicas são construídas, com vistas a criar espaços isolados que, embora estejam situados fisicamente dentro da cidade, socialmente estão fora dela, acenando uma alternativa – aos que podem pagar - à deterioração do espaço público.

Nesse sentido, “cercas, barras e muros são essenciais nas cidades de hoje não só por razões de segurança e segregação, mas também por questões de estética e status” (CALDEIRA, 2003 p. 294). A autora salienta que os elementos que se associam à distinção tornaram-se, então, partes de um novo código, denominado “estética da segurança”.

Bauman (2009) aponta que a tendência de refúgio em espaços privados acaba se transformando no maior obstáculo da vivência com o diferente e as diferenças, aumentando o risco de áreas comuns serem reduzidas a espaços residuais entre construções particulares.

Portanto, a fragmentação do tecido urbano ressignifica os termos público e privado, uma vez que as cidades apresentam o desenvolvimento de novas centralidades, de mobilidade urbana e a generalização do uso do automóvel. Nesse novo contexto, os

espaços de fluxo são mais importantes do que os espaços de permanência, apresentando novas formas, funções e significados (NARCISO, 2009).

Dessa forma, diante de um cenário cada vez mais individual, as atividades de lazer também se tornaram ferramentas de reprodução do capital, especialmente em anúncios publicitários.

Na produção deste tipo de empreendimento, o marketing e a propaganda são elementos centrais. O que neles mais se destaca é a possibilidade de realização de um ideal de moradia e de convivência e vizinhança; alternativa de uma situação de vida privilegiada frente aos que estão fora dos “muros fortificados”, a presença de amenidades de lazer e serviços e, em todos os casos, a garantia de contato com a natureza, uma natureza reinventada, (uma natureza e uma arquitetura em perfeita harmonia) e de proteção contra a violência de grandes cidades (BARCELLOS; MAMMARELLA, 2006).

No entanto, a relação entre identidade e lugar não deve se limitar ao espaço privado, a casa, mas criar uma relação dialética com a rua, a praça, o espaço público, onde as relações e vizinhança, afetivas ou de solidariedade acontecem (LOBODA, 2016). Nesse sentido, democratizar o lazer implica em democratizar o espaço e, para a maioria da população, o espaço para o lazer é o espaço urbano – as cidades são os grandes equipamentos de lazer (MARCELLINO, 2007).

Para Souza (2009), o espaço resulta das relações constitutivas do sujeito concreto da história. O espaço geográfico é, portanto, representação da ação humana. No entanto, frente à diversidade de realidades dentro do espaço e das relações de poder estabelecidas pela sociedade, as diferentes camadas sociais têm aproximações diversas aos ambientes disponíveis.

Tido como uma das funções sociais da cidade, o lazer desempenha papel importante na saúde da população, pois está relacionado à disponibilidade de tempo para atividades sociais, de convívio e recreação, porém sofreu interferências ao longo das modificações do tecido urbano pós-moderno. Ainda que haja esforço das agendas ambientais no sentido de incentivar o acesso aos espaços públicos tendentes a garantir o direito fundamental ao lazer, é necessário observar se o município de São Carlos- SP age em consonância à estas.

Dessa forma, o objetivo central deste trabalho é verificar a evolução da morfologia e apropriação urbana dos espaços públicos tendentes a garantir o direito fundamental ao

lazer, pautado em mapear as praças da poligonal histórica do município de São Carlos-SP.

Vislumbra-se, portanto, analisar as formas de manifestação popular nas praças do centro, assim como levantar os documentos constitucionais e infraconstitucionais referentes às funções sociais das cidades e do direito social ao lazer, identificando e qualificando os espaços que não cumpram tal função social e, com base nos pilares que direcionam a pesquisa, sugerir políticas públicas de lazer para o município.

Para que os objetivos acima elencados fossem cumpridos, optou-se por uma metodologia baseada, além do levantamento bibliográfico, em um estudo de caso, em que houve a combinação de duas formas de análise: uma quali-quantitativa, baseada em levantamento in loco dos equipamentos e mobiliários disponíveis, e a aplicação de um questionário on-line, com o objetivo de contrastar a percepção dos usuários (ou não usuários) destes locais, para se obter uma projeção real do uso desses espaços.

Assim, no capítulo um, intitulado *Caminhos teóricos*, são abordadas as dinâmicas urbanas, a partir do movimento de êxodo rural e a composição dos novos traçados urbanos resultantes do processo, bem como do direito à cidade como garantia de melhores condições de vida para todos, nas gerações presentes e futuras.

Nesse sentido, entende-se o espaço público urbano como responsável pelo desenvolvimento das capacidades de convivência com o diferente e a fruição das práticas corporais humanas, sendo, de acordo com Alex (2001), o ponto central da manifestação da vida pública. Em relação ao lazer, terceiro ponto abordado no capítulo, Rolnik (2000) afirma que é capaz de humanizar a cidade, sendo promotor de espaços vibrantes, que excedam a função de circulação e promovam novas possibilidades de aproximação com o espaço urbano. Corroborando com a ideia de desenvolvimento sustentável das cidades, a Agenda 2030, último documento da Organização das Nações Unidas, traz, no item 11.7, a urgência em proporcionar o acesso universal a espaços públicos seguros, inclusivos, acessíveis e verdes, particularmente para mulheres e crianças, pessoas idosas e pessoas com deficiência (ONU, 2015).

No capítulo dois, são discutidos os caminhos metodológicos, em que as atividades desenvolvidas foram caracterizadas por três etapas: levantamento bibliográfico, pesquisa de campo/ análise qualitativa e quantitativa e avaliação dos resultados. A análise quali-quantitativa aconteceu em dois momentos: primeiramente a partir do levantamento físico-ambiental exploratório das praças públicas da região Poligonal Histórica de São Carlos-

SP, catalogadas pela Fundação Pró-Memória. Neste contexto, foi considerada apenas a perspectiva do autor, pela observação e análise dos equipamentos existentes, com base nos estudos de De Angelis, Castro e De Angelis Neto (2004) e Maciel (2016).

A segunda abordagem é caracterizada pela aplicação de um questionário *on-line*, utilizando a plataforma *Google Forms*, vislumbrando aferir a interação e as relações espaciais da população, sua apropriação (ou não) e seus movimentos e distribuições nas praças da poligonal histórica de São Carlos-SP. Baseadas nos estudos de De Angelis, Castro e De Angelis Neto (2010) e Ornstein (1992), com adaptação do autor, as perguntas foram organizadas em escala de valores 5, que compreende: ótima, boa, razoável, precária e péssima.

No capítulo três, são detalhados os procedimentos de coleta de dados, bem como a delimitação geográfica da pesquisa. Também é o momento de aparição das primeiras informações oriundas da análise quantitativa realizada pelo autor, que serão retomadas posteriormente para a discussão dos resultados.

1. CAMINHOS TEÓRICOS

1.1 AS DINÂMICAS URBANAS E O DIREITO À CIDADE

O aumento da população mundial nos últimos 60 anos – que compreende um salto de, aproximadamente, 2,5 bilhões para 7 bilhões de habitantes em 2011 – é uma das características da transição da população rural, baseada nos meios de produção agrícola, para a vida urbana (BENTO *et al.*, 2017). Stigt *et al.* (2013) apontam que, atualmente, mais de 54% da população mundial vive em cidades. No Brasil, o grau de urbanização passou de 81,2% em 2000 para 84,4% em 2010 (IBGE, 2010).

As ofertas de melhores condições de vida são elementos importantes para o crescimento da vida urbana e “englobam consumo, trabalho, saúde, moradia, educação, cultura, segurança, lazer, higiene, além de aspectos como justiça social, dignidade da pessoa humana, dentre inúmeros outros” (OLIVEIRA *et al.*, 2014). O autor salienta que “tratar deste tema é tratar das funções sociais da cidade, ou, de forma ampla, dos Direitos à Cidade”.

O Direito à Cidade é um direito humano e coletivo, relacionado às gerações presentes e futuras. Desta forma, no Brasil, o Direito à Cidade está descrito no Estatuto da Cidade que dispõe sobre o direito a cidade sustentável, ao garantir o direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infraestrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer (BRASIL, 2001, artigo 2º, incisos I e II).

Como representante de um instrumento relevante para a consolidação do direito à dignidade da pessoa humana e da igualdade, o Direito Urbanístico é capaz de garantir, por meio de um planejamento urbano adequado, o acesso democrático aos bens que incluam o indivíduo na sociedade, tornando o espaço físico da cidade um dos meios de promoção da dignidade da pessoa humana (COLENCI; OLIVEIRA, 2017).

O artigo 2º estimula, inclusive, “a distribuição espacial correta da população e das atividades econômicas do município e do território sob sua área de influência, de modo a evitar e corrigir as distorções do crescimento urbano e seus efeitos negativos sobre o meio ambiente” (BRASIL, 2001).

No entanto, a transição da organização das cidades é um movimento muito significativo e certamente a mudança demográfica mais importante da última década, muito embora o fenômeno não aconteça de forma harmônica entre as diferentes sociedades e populações - mundialmente, mais de dois terços da população vivem na África, Ásia e América Latina. Nessas regiões, estima-se que, nos próximos anos,

enquanto um quinto do aumento populacional se dará nas grandes cidades, quase metade desse crescimento acontecerá nos municípios de menor porte (CAIAFFA, *et al.*, 2008).

Nesse sentido, além da densidade populacional, as chamadas “cidades médias” apresentam maior crescimento urbano e econômico, por estarem incorporadas ao meio técnico-científico e funcionarem como polo de importantes áreas de concentração de empregos e/ ou de estabelecimento da indústria de transformação. Do ponto de vista da atração de fluxos populacionais, são muitos os fatores que convergem para que as cidades médias se protejam do crescimento desordenado e, assim, estimulem um complexo conjunto de interações espaciais (QUEIROZ, 2014; REOLON; MIYAZAKI, 2015).

Dessa forma, Rolnik (2000) destaca que a perda da multifuncionalidade da cidade desagregou suas funções sociais, definindo para cada uma delas um lugar e uma missão separada e específica. As funções sociais de habitação, trabalho, circulação e lazer foram, ao longo do tempo, desconexas. Como consequência, a fragmentação urbana e o zoneamento monofuncional tendem a reduzir os espaços públicos como circuitos de deslocamento pendulares, o que afeta diretamente a qualidade do tempo livre da população e, não raro, no esvaziamento de determinadas áreas urbanas fora do horário comercial, como é o caso do centro da cidade.

Esse processo é desinteressante para a cidade, pois essas áreas já possuem ampla rede de infraestrutura, que passa a ser subutilizada, indo de encontro ao conceito de sustentabilidade. Assim, torna-se um problema econômico, em que se desperdiça um potencial infra estrutural, que precisa ser compensado nas áreas da cidade para onde a população se direciona; ambiental, com o aumento das distâncias de deslocamento e o consequente aumento nos níveis de emissão de gases; e social, em que parcelas menos abastadas da população sofrem os efeitos de dificuldade de acesso a oportunidades. (ANDRADE; LIMA; LOUREIRO, 2016).

Por outro lado, a carta do novo urbanismo, de 1996, significa um ponto de referência para a requalificação de um bairro ou comunidade interrelacionada com um centro urbano maior (ANDRADE, *et al.*, 2013). Os autores ainda explicitam que o movimento não pode ser confundido com um estilo de projetar, tampouco como uma metodologia de projeto sustentável, mas deve buscar a adequação de projetos arquitetônicos de forma integrada ao meio natural onde está inserido. Assim, Irazabal (2001, p.3) salienta que:

O movimento surge basicamente como resposta ao incontido crescimento dos subúrbios nos Estados Unidos, espécie de grandes urbanizações que,

sem ser cidade ou campo, tampouco conseguem definir um caráter próprio entre esses extremos que lhes dê um sentido de lugar. Os subúrbios norte-americanos, fato que ocorre também nas cidades satélites que crescem nas imediações das grandes cidades venezuelanas, carecem de uma adequada mescla de funções que permita a um grupo significativo de seus habitantes trabalhar e desenvolver outras atividades sociais em sua própria vizinhança. As pessoas dependem excessivamente de seus automóveis privados, porque o transporte público, quando existe, é insuficiente ou não está adequadamente ligado à rede urbana para acessar facilmente. (IRAZABAL, 2001, p.3).

A autora compara os resultados das pressões urbanas norte americanas ao processo de urbanização das cidades venezuelanas, mas, não raro, o problema se estende a todo território sul-americano.

O Novo Urbanismo (2017) compreende, em síntese, dez princípios, de acordo com Monte, *et al.*, (2018), que vislumbram uma cidade mais densa, conectada e diversa, favorecendo, inclusive, os espaços públicos.² A ideia é que o espaço urbano favoreça o

1. Caminhabilidade: o espaço deve permitir acesso às coisas em um tempo de caminhada de 10 minutos de casa e do trabalho. Além disso, o design das ruas deve ser favorável aos pedestres, inclusive com ruas para pedestres, livres de carros.

2. Conectividade: rede de ruas interconectadas que permitam dispersar o tráfego e facilitar a caminhada;

3. Uso misto e diversidade: é desejável que haja mistura de lojas, escritórios, apartamentos e casas em um bairro, em um bloco ou no interior de um dado edifício. É desejável também que haja diversidade de pessoas, em termos de idades, níveis de renda, cultura e raças;

4. Moradia mista: com variedade de tipos, tamanhos e preços;

5. Arquitetura de qualidade e design urbano: com ênfase na beleza e na estética, no conforto humano e na criação de um senso de lugar.

6. Estrutura tradicional de vizinhança: centros e bordas discerníveis; espaço público no centro; espaço aberto público concebido como arte cívica; espaço que englobe diferentes tipos de usos acessíveis com 10 minutos de caminhada; maiores densidades no centro da cidade e, progressivamente, menor densidade em direção às bordas;

7. Densidade aumentada: maior número de prédios, residências, lojas e serviços juntos para facilitar a caminhada, bem como para criar um espaço mais conveniente para se viver;

8. Transporte inteligente: uma rede de trens de alta qualidade, que conectem cidades e bairros. Design que encoraje o pedestre a se transportar diariamente com bicicletas, patins, scooters e caminhadas.

9. Sustentabilidade: impacto ambiental mínimo, com uso de tecnologias que respeitem a ecologia e que valorizem o sistema natural; eficiência energética; menor uso de combustíveis não renováveis e menor uso de automóveis;

10. Qualidade de vida: os nove princípios anteriores, quando juntos, permitiriam uma melhor qualidade de vida que valeria a pena ser vivida “high quality of life well Worth living”, e criariam lugares que viriam a enriquecer, elevar e inspirar o espírito humano. (G&DR. v. 14, n. 4, p. 269-294, jul/2018 (ed. especial), Taubaté, SP, Brasil)

acesso a bens e serviços em um tempo de caminhada de 10 minutos de casa e do trabalho, que prédios residenciais e comerciais dividam o mesmo espaço e que o transporte coletivo alternativo seja incentivado, incrementando a qualidade de vida dos seres humanos.

Entretanto, apesar da boa intenção do documento, Lara (2001) traz à luz a fala do arquiteto e urbanista Michael Sorkin, que apresentou críticas no sentido de repensar o modelo para que mais pessoas fossem contempladas, uma vez que, segundo Sorkin, o projeto dirige-se apenas à classe média branca norte-americana. O autor inclui que o Novo Urbanismo “não oferece solução alguma para os problemas urbanos já existentes (a receita foi aplicada apenas a novos empreendimentos, não a áreas já ocupadas)” (LARA, 2001, p.64).

Se, por um lado, a agenda fortalece a contenção do espraiamento urbano por meio da permissão de usos mistos do solo, da aproximação e interação dos moradores e da diminuição do uso do carro, por outro lado, o fenômeno da gentrificação permanece com o aumento dos condomínios fechados e do conservadorismo estilístico. Trata-se, portanto, de mais uma opção neoliberal de escolha para a classe média branca, que possui outras muitas possibilidades, deixando de fora os que mais sofrem com os problemas urbanos.

Assim, de acordo com Narciso (2016), o capitalismo encontrou no urbanismo uma nova forma de reprodução do capital, atribuindo novas dimensões à espacialidade dos lugares. Se de um lado existe (ou existiu) a necessidade da manutenção da história das cidades, baseada nos propósitos sociais e culturais da sua população, do outro lado há forte pressão a partir do entendimento do espaço urbano como unidade independente e autônoma, a ser moldada a partir de princípios estéticos. A autora ainda aponta o poder público (especialmente o municipal) como um dos agentes responsáveis por essa (re)configuração, uma vez que atua diretamente na aplicação, aprovação e defesa dos instrumentos de gestão territorial. Ainda que haja a intenção de atuações acerca da sustentabilidade urbana, como defende o Estatuto da Cidade, sua aplicabilidade nem sempre é contemplada.

Outrossim, Bento *et al.* (2018) aponta o planejamento urbano como responsável pelo desenvolvimento do território por meio do uso da terra em sua função social, econômica, ambiental, cultural e institucional. Estando pautado nas questões de

sustentabilidade, além de evitar a degradação ambiental, contribui para a saúde da cidade e transcende o período de mandato dos candidatos, reverberando na manutenção das estruturas urbanas para as gerações futuras.

No caso do Brasil, Monte, *et al.*, (2018) explicitam que as especificidades e complexidades da formação socioespacial brasileira exigem cuidados que vão além da adoção de modelos importados de realidades de países desenvolvidos. A crise urbana brasileira demanda respostas baseadas no conhecimento da realidade empírica, com vistas a combater ideias fora de contexto, comuns na história do processo de urbanização do Brasil (MARICATO, 2000).

Logo, é fundamental que os municípios brasileiros, especialmente os que se encontram em processo de expansão, revejam os caminhos percorridos até então e adotem novas posturas para a conquista de cidades compactas e conectadas.

1.2 OS ESPAÇOS PÚBLICOS URBANOS

É sabido que o homem se reconhece na sua habitação, porém, é possível apontar o espaço público como responsável pelo desenvolvimento das capacidades de convivência com o diferente e a fruição das práticas corporais humanas. Rolnik (1988, p. 7) aponta que “construir e morar em cidades implica necessariamente viver de forma coletiva. Na cidade nunca se está só (...) o homem só no apartamento ou o indivíduo dentro do automóvel é um fragmento do conjunto, parte do coletivo”. Para Matos (2010), os espaços públicos podem ser divididos em duas tipologias: os de circuito, que compreendem a mobilidade de pessoas e veículos (como o leito carroçável, passeio peatonal, além dos espaços destinados a estacionamentos) e os espaços de permanência, geralmente providos de mobiliário conforme o tipo de uso ou comportamento que queiram estimular - como as praças e os parques.

Neste contexto, Alex (2011, p. 23) caracteriza a praça como “espaço público de encontro e convívio, formado por várias aberturas no tecido urbano, que direcionam diversos fluxos e usos, sendo o ponto central da manifestação da vida pública”. São espaços capazes de dar à cidade uma forma e uma identidade específica, centradas, muitas vezes, em espaços destinados a experiências no âmbito do lazer, cultura e esporte (RECHIA, 2005).

Os espaços públicos urbanos numa visão de interesse público constituem elementos de desenho urbano decisivos para a produção da cidade na medida em que é nestes espaços que se manifesta a vida e animação

urbana e onde se processa grande parte da socialização dos seus utilizadores. (MATOS, 2010, p.22)

Da mesma forma, Gehl (2013) classifica as abordagens dos espaços públicos entre atividades em movimento e estacionárias. Assim, o autor relaciona a qualidade do espaço oferecido à abordagem do mesmo pelos transeuntes, ou seja, ainda que haja um fluxo grande de pessoas caminhando pelas calçadas, esse padrão pode significar apenas uma lacuna de transporte urbano de qualidade ou uma grande distância entre os serviços que a cidade dispõe. No caso das atividades estacionárias, são estabelecidos dois cenários distintos, que variam de acordo com o grau de necessidade: atividades que não dependem da qualidade urbana, como comércio de rua e pontos de ônibus e, por outro lado, as abordagens opcionais – recreativas e contemplativas, as quais são substancialmente influenciadas pela qualidade do local (GEHL, 2013).

Com base em conhecimentos sobre sentidos e necessidades humanas, além de anos de estudos de espaços públicos em diversos lugares do mundo, os motivos que fazem as pessoas permanecerem nesses espaços estacionários têm sido cada vez mais abordados. Gehl (2018) aponta que, ao longo dos anos, a ideia se transformou em uma lista tão simples (a ponto de parecer óbvia) que pode servir como ferramenta para comparar espaços públicos diversos. A ideia atual é que a tabela parta como possibilidade de diálogo entre uma equipe de projeto e contempla 12 itens estruturados em três temas principais: proteção, conforto e satisfação³.

De fato, a qualidade desses lugares pode interferir no uso e possibilitar ou impedir que os indivíduos adquiram hábitos saudáveis (SILVA, *et al.*, 2016, p. 252). Um dos grandes desafios da atualidade é a manutenção dos espaços que proporcionam momentos de decompressão à população e possibilitem a modalidade ativa de transporte.

³ Desenho Urbano – uma lista de palavras-chave (GEHL, 2018, p. 107):

- 1- Proteção contra tráfegos e acidentes;
- 2- Proteção contra crime e violência;
- 3- Proteção contra experiências sensoriais desagradáveis;
- 4- Possibilidade de caminhar;
- 5- Possibilidade de ficar em pé;
- 6- Possibilidade de sentar-se;
- 7- Possibilidade de ver;
- 8- Possibilidade de falar/ ouvir;
- 9- Possibilidade de brincar/ relaxar;
- 10- Serviços de pequena escala (placas, telefones, quadros de aviso, lixeira etc.)
- 11- Projetar para aproveitar os elementos positivos do clima (sol/ brisa/ ventilação).
- 12- Projetar para aproveitar experiências sensoriais positivas (estética/ vistas/ natureza/ plantas)

Se o espaço de lazer e suas vivências são privilégios de poucos, a sua democratização não pode ficar na dependência da construção de outros equipamentos específicos de lazer, mas na conservação dos espaços de lazer já existentes, bem como sua divulgação, além da revitalização do patrimônio ambiental urbano e a manutenção dos espaços vazios, enquanto espaço de convivencialidade. (MARCELLINO, 2008, *apud*. GRUBER; STOPPA, 2017, p. 83).

Apesar de as cidades representarem o principal local onde se dá a reprodução da força de trabalho, as melhorias de condições de vida não estão relacionadas, apenas, ao incremento do salário dos trabalhadores e trabalhadoras, mas dependem da criação de políticas públicas eficientes e que contemplem as necessidades básicas dos seres humanos (MARICATO, 2013).

Nesse sentido, Roegen (1976, *apud* Cechin, 2010, p. 162) traz à luz, a partir do esboço de oito diretrizes denominadas como “programa bioeconômico mínimo”, propostas de mudanças comportamentais necessárias para o incremento da qualidade de vida e dos índices de sustentabilidade das sociedades humanas. A redução da jornada de trabalho, que culmina no aumento do tempo livre para o lazer, integra a lista proposta pelo autor.

Desta forma, ações de defesa do meio ambiente, de proteção e de valorização do patrimônio natural e histórico, renovação de áreas degradadas e recuperação dos centros históricos, em detrimento de um urbanismo quantitativo, voltado para a construção de novas unidades habitacionais, contemplam a evolução do bem-estar humano e a diminuição das desigualdades sociais (CORREIA, 2012).

1.3 O LAZER

O lazer pode ser entendido, de acordo com Dumazedier (1979), como o tempo liberado das obrigações e, de certa forma, como tempo residual dos afazeres cotidianos. No sentido etimológico, há a associação ao termo latino *licere*, que significa lícito, permitido (SILVA, *et al.*, 2011, p.13). Além do caráter libertário, ou seja, à parte das demandas profissionais, familiares, sociais e políticas, há o caráter desinteressado – o lazer não precisa estar vinculado a algum fim lucrativo ou utilitário. Hedonista, a vivência do lazer é marcada pela busca do prazer e se dilui nas funções de descanso, divertimento e desenvolvimento pessoal como respostas às necessidades do indivíduo frente às imposições sociais (DUMAZEDIER, 1979).

Marcellino (1987, p. 29), por sua vez, afirma que “tempo algum pode ser considerado livre de coações ou normas da conduta social” e propõe o termo ‘tempo disponível’, uma vez que as vivências humanas não são desconexas da vida em sociedade. O autor ainda atribui o tema como resultado de processos históricos, imbuído de valores questionadores da sociedade como um todo, repleto de cultura e capaz de influenciar estruturas vigentes.

A disponibilidade de tempo, de acordo com Marcellino (1987), proporciona a opção pela atividade prática ou contemplativa, em uma abordagem de múltiplas possibilidades que, segundo Nahas (2010), podem ser culturais, artísticas, de observação da natureza, atividades lúdicas, jogos, danças, práticas de esportes, entre outras. No entanto, Marcellino (2003) traz à luz algumas barreiras para o acesso democrático ao lazer, como fator econômico, sexo, idade e educacional, sendo as mulheres, as crianças e os idosos os personagens com maior dificuldade para vivenciar situações do lazer não-domiciliar. Para o autor, democratizar o lazer implica em democratizar o espaço e, para a maioria da população, o espaço para o lazer é o espaço urbano – as cidades são os grandes equipamentos de lazer (MARCELLINO, 2007).

Nesse sentido, a primeira Carta de Atenas, documento oriundo do Congresso Internacional de Arquitetura Moderna de 1933 (CIAM), “tratou de maneira fundamental a questão do lazer, elevando-o à condição de função da cidade, contribuindo para a possibilidade de se opor à opressão do trabalho e à excessiva massa de prédios e espaços da cidade” (RODRIGUES, 2003, p.25).

Do mesmo modo, o artigo XXIV da Declaração Universal dos Direitos Humanos, da Organização Mundial das Nações Unidas (ONU), esclarece, em 1948, que “todo homem tem direito a repouso e lazer, à limitação razoável das horas de trabalho e a férias remuneradas periódicas”. No Brasil, a década de 1960 foi responsável pela institucionalização do lazer, especialmente no estado de São Paulo, por meio de uma iniciativa da Secretaria do Bem- Estar Social da Prefeitura de São Paulo em parceria com o Serviço Social do Comércio (SESC).

No entanto, apenas a partir da Constituição de 1988, o tema foi incluído, pela primeira vez, como direito social a todos os cidadãos. O artigo 6º da Constituição Federal

de 1988⁴ garante, entre os direitos sociais, o direito fundamental ao lazer (BRASIL, 1988). Adiante, no artigo 217⁵, a constituinte ainda aponta o Poder Público como responsável pelo incentivo ao lazer como forma de promoção social (BRASIL, 1988).

O reconhecimento do lazer como *status* de direito foi importante para a conquista das reivindicações, tanto do poder público como das diferentes esferas da sociedade, para sua materialização no cotidiano dos brasileiros e brasileiras, sendo que a garantia do acesso ao lazer permite a mudança dos índices de vulnerabilidade social, por atuar como ferramenta de formação do povo, promovendo, além do convívio social, a melhoria da saúde humana (ISAYAMA; STOPPA, 2017).

Apesar de institucionalizado, o lazer carece de definição política na constituinte, que o classifica como direito social, mas não o aborda com profundidade, como acontece com a saúde, educação e habitação, por exemplo. As políticas públicas pouco específicas acerca do tema são um reflexo do recorte do lazer na Carta Magna, e transitam entre projetos de cultura ou esporte - como é o caso da Lei de Incentivo à Cultura – ou Lei Rouanet - (Lei nº 8.313 de 1991) e da Lei de Incentivo ao Esporte (Lei nº 11.438 de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 6.180 de 2007). Nos municípios, o cenário é o mesmo: as secretarias de lazer, quando existem, também dividem espaço com esporte, cultura e turismo.

Ademais, as novas formas de entretenimento, as academias de ginástica, os *shopping centers*, entre outros eventos desportivos, distanciaram a população dos espaços públicos urbanos. Dessa forma, é possível observar que a maior parte dos atrativos de lazer pertence à iniciativa privada (ISAYAMA; STOPPA, 2017). Portanto, frente ao esforço das classes menos favorecidas na manutenção do (baixo) padrão de vida, o lazer acaba por ser privilégio de poucos (MARCELLINO, 1983). Para Sassen (2000, p. 120):

Assim, aos espaços destinados ao lazer pouco restou. O lazer também passou a ser visto pelos grandes investidores como uma mercadoria. “Há muito a cidade deixou de ser basicamente um espaço público, neutro, sem querer chamar a atenção. A própria cidade é um produto a ser vendido para o desenvolvimento de atividades lucrativas.” (SASSEN, 2000, p. 120).

⁴ Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição. (Redação dada pela EC n. 90/2015). (BRASIL, Constituição. 1988. p.23).

⁵ § 3º O Poder Público incentivará o lazer, como forma de promoção social. (BRASIL, Constituição. 1988. p. 166).

Assim, com vistas a romper com a segregação imposta pela mercantilização do lazer, é fundamental que o tema seja entendido em sua totalidade, transitando entre todas as esferas, com o intuito de proporcionar o equilíbrio entre as diferentes funções sociais, fortalecer os relacionamentos interpessoais e a conexão entre homem e ambiente construído. Uma conquista que se aproxima de um “mundo novo, com a busca da plenitude, onde a vida seja vivida como troca e onde o qualitativo seja dominante, permitindo que se instale no planeta o homem integral” (SANTOS, 2000, p. 36-37).

1.4 OS ESPAÇOS DE LAZER E A AGENDA 2030 PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

A década de 1970 representa um grande marco nas mudanças comportamentais, especialmente dos países desenvolvidos, relacionadas ao meio ambiente. A Conferência de Estocolmo, em 1972, caracterizou-se como o primeiro encontro a romper com a autonomia dos Estados em administrar seus recursos naturais sem qualquer ingerência externa, guiando-se apenas pelo interesse nacional (AGUIAR, *et al.*, 2015).

Desde então, a periodicidade das agendas ambientais é mantida, com vistas a avaliar os resultados alcançados e traçar novas metas para o desenvolvimento sustentável dos países membros da Organização das Nações Unidas (ONU).

Nesse sentido, a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, oriunda da Conferência Rio+20, realizada em 2012 na cidade do Rio de Janeiro, reúne 17 objetivos que visam a erradicação da pobreza, o fortalecimento dos direitos humanos e a igualdade de gênero, corroborando, inclusive, com os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio. “Eles [os objetivos] são integrados e indivisíveis, e equilibram as três dimensões do desenvolvimento sustentável: a econômica, a ambiental e a social” (ONU, 2015).

Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis é o décimo primeiro objetivo da agenda e, entre outros subtópicos, o item 11.7 contempla a necessidade de, até 2030, proporcionar o acesso universal a espaços públicos seguros, inclusivos, acessíveis e verdes, particularmente para mulheres e crianças, pessoas idosas e pessoas com deficiência (ONU, 2015). Nesse contexto, Matos (2010) salienta que o ordenamento dos espaços públicos, sobretudo de os de lazer, é atualmente um dos aspectos vitais para a revitalização e a qualidade de vida no meio urbano. Niemeyer ainda considera que:

[...] a simples provisão quantitativa de espaços abertos não é garantia de coesão social uma vez que as pessoas tendem a repelir ambientes oferecidos em condições ambientais não satisfatórias, o que contribui para impactar negativamente a sociabilidade urbana. O conceito de renovação de espaços públicos deve ancorar-se em um contínuo aprendizado de como o ambiente urbano coopera na construção de uma identidade coletiva e no aperfeiçoamento das relações sociais influenciando nossa percepção de cidadania. (NIEMEYER, 2015, p. 2).

Frente à evolução do pensamento urbanístico, percebe-se, de acordo com Kanashiro (2004), a emergência de valores culturais, sociais e históricos incorporados para a definição de novos ideais para a cidade do século XXI. O artigo 2º do Estatuto da Cidade, salienta que:

art. 2º A política urbana tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana, mediante as seguintes diretrizes gerais: I – garantia do direito a cidades sustentáveis, entendido como o direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infra-estrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para as presentes e futuras gerações; (BRASIL, 2001).

Espaços públicos vibrantes, acessíveis e seguros, além de permitirem a democratização da cidade, atuam na diminuição dos impactos das mudanças climáticas, como a redução da dispersão de poluentes atmosféricos e das ilhas de calor (BUENO *et al.*, 2012).

Logo, é possível compreender os espaços de lazer como parte do processo de manutenção da saúde humana e urbana, e estão diretamente relacionados ao desenvolvimento sustentável das cidades.

2. CAMINHOS METODOLÓGICOS

Estudo de caso é a estratégia escolhida ao se examinarem acontecimentos contemporâneos e dispõe de muitas das técnicas utilizadas pelos historiadores. Porém, o poder diferenciador dessa metodologia é sua capacidade de lidar com uma ampla variedade de evidências, como documentos, entrevistas e observações, além das informações disponíveis no estudo histórico convencional (YIN, 2003, p. 27).

Os estudos de caso têm um lugar de destaque nas pesquisas de avaliação, especialmente na explicação dos vínculos causais da vida real que são complexos demais para as estratégias experimentais (YIN, 2003, p. 34).

Avaliar é, Para Hoffmann (2003), antes de tudo, fazer um julgamento mediante algum tipo de critério. Pedrosa, Miranda e Ribeiro (2016) afirmam que o conceito de avaliação está relacionado à determinação do valor de alguma coisa, ao estabelecimento de que algo vale a pena. Também é possível observar, ao longo das décadas, que os setores que mais prezam pela qualidade dos produtos oferecidos, passam, necessariamente, por avaliações dos seus processos, notadamente nos países desenvolvidos (ORNSTEIN, 2017).

Por outro lado, com relação ao ambiente, Elali (2010) aponta que a condição não difere da avaliação do produto, pois as pessoas analisam continuamente o local no qual se encontram, tecendo considerações tanto em termo de conjunto (percepção geral) quanto no que diz respeito às características específicas (condições de conforto, mobiliário, dimensões, entre outros). Para Pedrosa, Miranda e Ribeiro (2016) a avaliação é um aspecto fundamental no ciclo de planejamento e da intervenção pública. Ela faculta possibilidades de reflexão crítica acerca dos resultados e impactos das obras, projetos e programas, além de propiciar, de forma densa, questionamentos sobre políticas públicas.

Nesse sentido, as atividades desenvolvidas foram caracterizadas por três etapas: levantamento bibliográfico, pesquisa de campo/ análise qualitativa e quantitativa e avaliação dos resultados. A análise quali-quantitativa aconteceu em dois momentos: primeiramente a partir do levantamento físico-ambiental exploratório das praças públicas da região Poligonal Histórica de São Carlos-SP, catalogadas pela Fundação Pró-Memória, por meio de um olhar sobre as condições de habitabilidade, que compreendem, em síntese: acessibilidade e pavimentação; iluminação e mobiliário; quadra poliesportiva e *playgrounds*; presença de edificação institucional e/ ou templo religioso. Neste contexto, foi considerada apenas a perspectiva do autor, pela observação e análise dos

equipamentos existentes, com base nos estudos de De Angelis, Castro e De Angelis Neto (2004).

Como complemento, Moser (1998 *apud* Bertuzzi *et al.*, 2018) relaciona a compreensão da percepção dos usuários à avaliação dos equipamentos inseridos, questionando se a infraestrutura do ambiente satisfaz ou não suas necessidades. Entre os instrumentos de aferição da atividade pública nas cidades, o método de mapeamento comportamental proposto por Gehl (2018, p. 26), é utilizado para indicar permanência, baseando-se em desenhos sobre as atividades estacionárias das pessoas em diferentes períodos do dia. A elaboração de um mapa comportamental é, também, subsídio da Avaliação Pós- Ocupação, que consiste em um conjunto de métodos e técnicas para avaliar a qualidade de desempenho em uso de edificações e ambientes construídos sob a lente dos usuários (Villa, *et. al* 2006, p. 9). Ao se observar as atividades estacionárias, a aproximação para a realização de entrevistas torna-se mais orgânica e espontânea.

No entanto, frente à impossibilidade de abordagens físicas, em decorrência do isolamento e distanciamento social adotados para prevenir o contágio pela COVID-19, fato que interfere diretamente nos resultados da apropriação urbana pelos cidadãos, uma nova estratégia foi delineada. Em um estudo de caso, o pesquisador deve aprender a integrar os acontecimentos da vida real às necessidades do plano traçado para a coleta de dados, não sendo possível obter o controle do ambiente de coleta como se poderia controlar outras estratégias de pesquisa (YIN, 2003, p. 93).

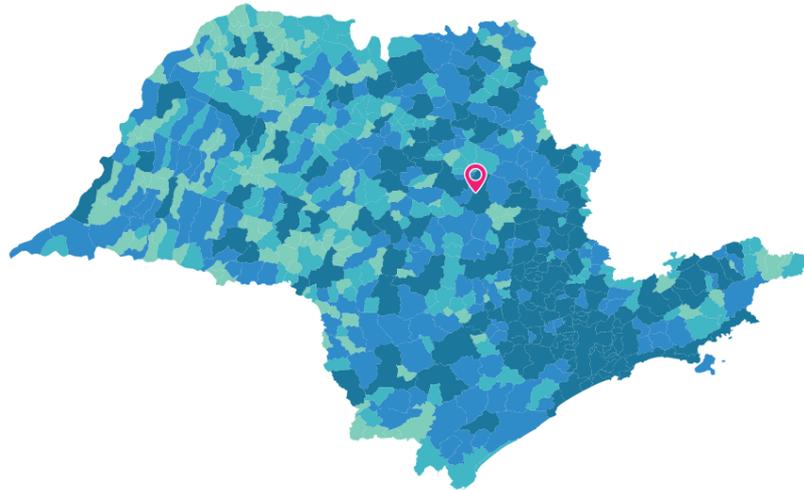
Dessa forma, a segunda fase do trabalho deu-se a partir da aplicação de um questionário *on-line*, utilizando a plataforma *Google Forms*, vislumbrando aferir a interação e as relações espaciais da população, sua apropriação (ou não) e seus movimentos e distribuições nas praças da poligonal histórica de São Carlos-SP. Baseadas nos estudos de De Angelis, Castro e De Angelis Neto (2010) e Ornstein (1992), com adaptação do autor, as perguntas foram organizadas em escala de valores 5, que compreende: ótima, boa, razoável, precária e péssima.

O questionário, aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos (CEP) em 03/06/2020, possui 17 questões, sendo 15 fechadas e 2 questões abertas, ficou disponível por dois meses e foi distribuído entre pessoas maiores de 18 anos, funcionários do Senac São Carlos - SP, alunos e ex-alunos da UFSCar, pessoas do comércio local e residentes do município.

3.DELIMITAÇÃO DO ESPAÇO GEOGRÁFICO E PROCEDIMENTOS PARA COLETA DE DADOS

Situada no centro geográfico do estado de São Paulo, a cidade de São Carlos possui, de acordo com o último censo (2010), 221.950 habitantes (IBGE, 2017).

Figura 1. Localização do município de São Carlos.



Fonte: IBGE, 2017.

A Lei nº 18.053 de 19 de dezembro de 2016 estabelece o Plano Diretor do Município de São Carlos. No capítulo I, o art. 3º, que compreende os objetivos gerais do ordenamento territorial, identifica, entre outras, a necessidade de conter o processo de expansão horizontal da aglomeração urbana, acomodar o crescimento urbano nas áreas subutilizadas dotadas de infraestrutura e no entorno de transporte coletivo de alta e média capacidade, a racionalização do uso do automóvel, bem como uma política fundiária que garanta o acesso à terra para as funções sociais da cidade e proteja o patrimônio ambiental e cultural (SÃO CARLOS, 2016).

Entretanto, apesar do esforço do documento em garantir uma cidade compacta, o município demonstra cada vez mais características de crescimento desordenado, nos moldes das cidades contemporâneas brasileiras. Nesse sentido, o movimento de esvaziamento do uso habitacional das áreas centrais se repete e é refletido, inclusive, na apropriação dos espaços livres consolidados que, segundo Rodrigues (2018, p. 132) “apesar dos diferentes motivos que fizeram as praças centrais reduzirem sua importância

como pontos de encontro da vida urbana, ainda têm potencial para promover a inclusão social, a qualidade de vida e a valorização de espaços que concentram o patrimônio histórico, artístico e arquitetônico das cidades”. São espaços capazes de receber políticas públicas que beneficiariam toda a população e contribuiriam para a contenção da construção de novas áreas livres desconexas.

Assim, o artigo 79 da Seção III, que trata da área de interesse histórico, salienta que:

Art. 79. A Área de Interesse Histórico compreende a área delimitada pela Poligonal de Interesse Histórico, localizada na região central da cidade e demarcada no Anexo 06 desta Lei, com concentração de imóveis e conjuntos urbanos de interesse histórico que necessitam de tratamento especial para a efetiva proteção, recuperação e manutenção do patrimônio histórico do Município. § 1º A aprovação de novas edificações, construções, reformas, ampliações ou restauros nesta área devem levar em consideração a manutenção e valorização dos parâmetros arquitetônicos e urbanísticos que definem a paisagem urbana de interesse histórico, devendo ser analisada pela Fundação Pró-Memória de São Carlos, ou órgão municipal competente que a substituir, e a seu cargo deverá submeter tal análise também ao COMDEPHASC – Conselho Municipal de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico e Ambiental de São Carlos. § 2º Os imóveis contidos nesta Área poderão ser beneficiados por instrumentos de incentivo à sua conservação, por meio da aplicação da Transferência do Direito de Construir, nos termos desta Lei (SÃO CARLOS, 2016).

O art. 4º, que elenca as principais funções do ordenamento territorial do município, inclui, no item i, “estabelecer programação de atividades e alocação de equipamentos nas áreas de lazer, bem como manter em funcionamento pleno as áreas livres municipais destinadas ao esporte e ao lazer” (SÃO CARLOS, 2016). Assim como prevê o Plano Diretor, o órgão responsável pela gestão do lazer no município de São Carlos é a Secretaria Municipal de Esportes e Cultura. Dessa forma, as atribuições do setor incluem:

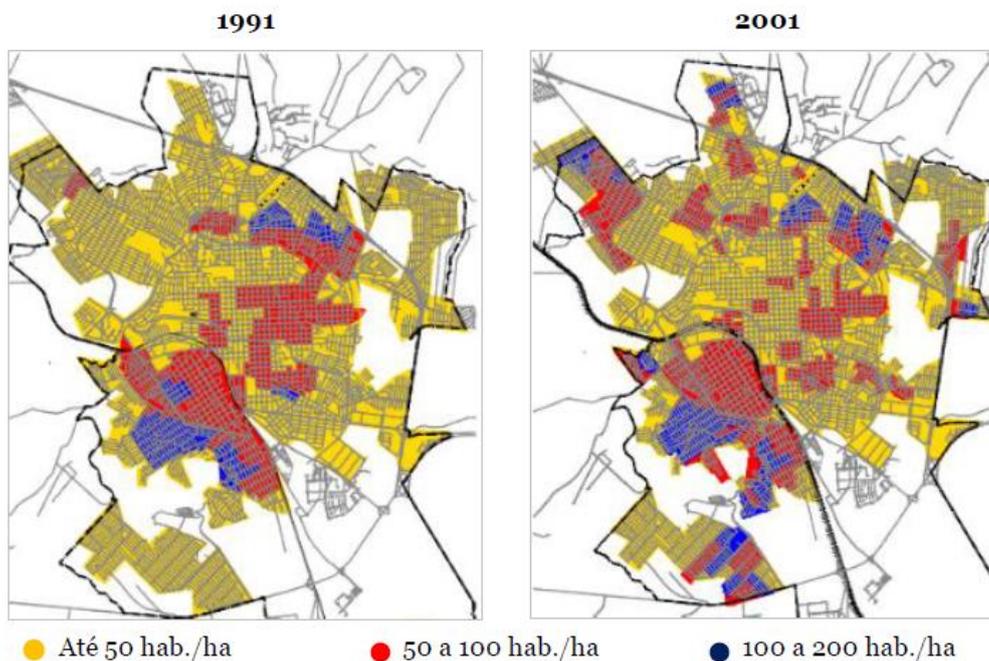
(...) planejar, organizar, coordenar, orientar, executar, controlar e fiscalizar as atividades relativas ao desporto e ao lazer; pesquisar, orientar, apoiar e desenvolver a educação física, o desporto, a recreação e o lazer, estimulando essas práticas com vistas à expansão potencial existente; administrar, controlar a utilização e zelar pelas praças esportivas do município; gerar a infraestrutura e proteger o patrimônio desportivo; coordenar os agentes envolvidos no desenvolvimento de práticas esportivas formais e não formais no município; organizar campeonatos, torneios, competições e encontros regionais esportivos de interesse público; propor e gerir convênios com órgãos, entidades e municípios, em atividades relativas ao desporto e ao lazer; preparar calendários, programas e guias esportivos e de lazer (SMEC, 2021 – Secretaria Municipal de Esportes e Cultura).

3.1 ANÁLISE DOS ESPAÇOS DE LAZER DA POLIGONAL HISTÓRICA – PERSPECTIVA DO AUTOR

As praças públicas, identificadas no presente estudo como espaços tendentes à garantia do direito social ao lazer na região central do município de São Carlos-SP, compõem a Área de Interesse Histórico, prevista no artigo 79 da Lei nº18.053, de 19 de dezembro de 2016. O Plano Diretor atesta, inclusive, a importância desses espaços como integrantes de um conjunto urbanístico a se preservar como patrimônio histórico, capaz de manter a identidade e a memória coletiva (SÃO CARLOS, 2016).

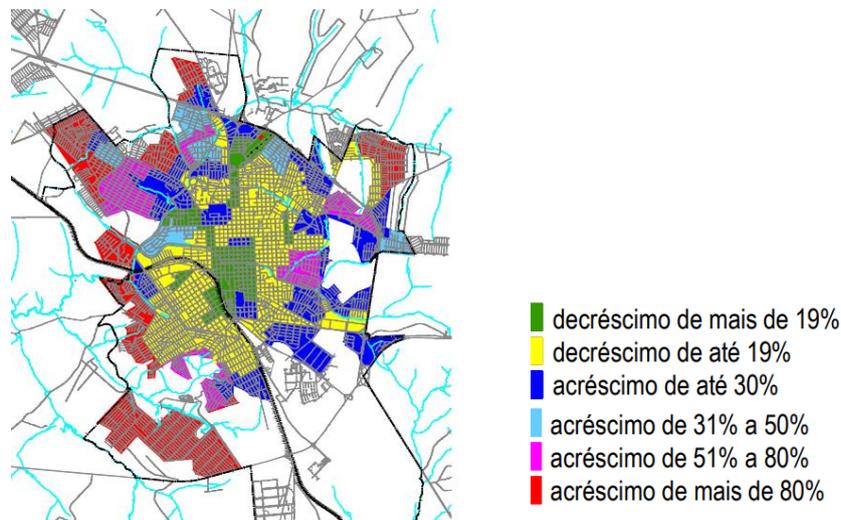
É possível observar, na cidade estudada, a repetição do movimento de periferação habitacional e apropriação das regiões centrais, já consolidadas, com atividades comerciais. Em uma década, de acordo com as figuras 2 e 3, esse processo é evidente e se mantém até os dias atuais.

Figura 2. Comparativo de densidades demográficas (1999-2001).



Fonte: IBGE, 1991-2000.

Figura 3. Mapa de acréscimo e decréscimo populacional.



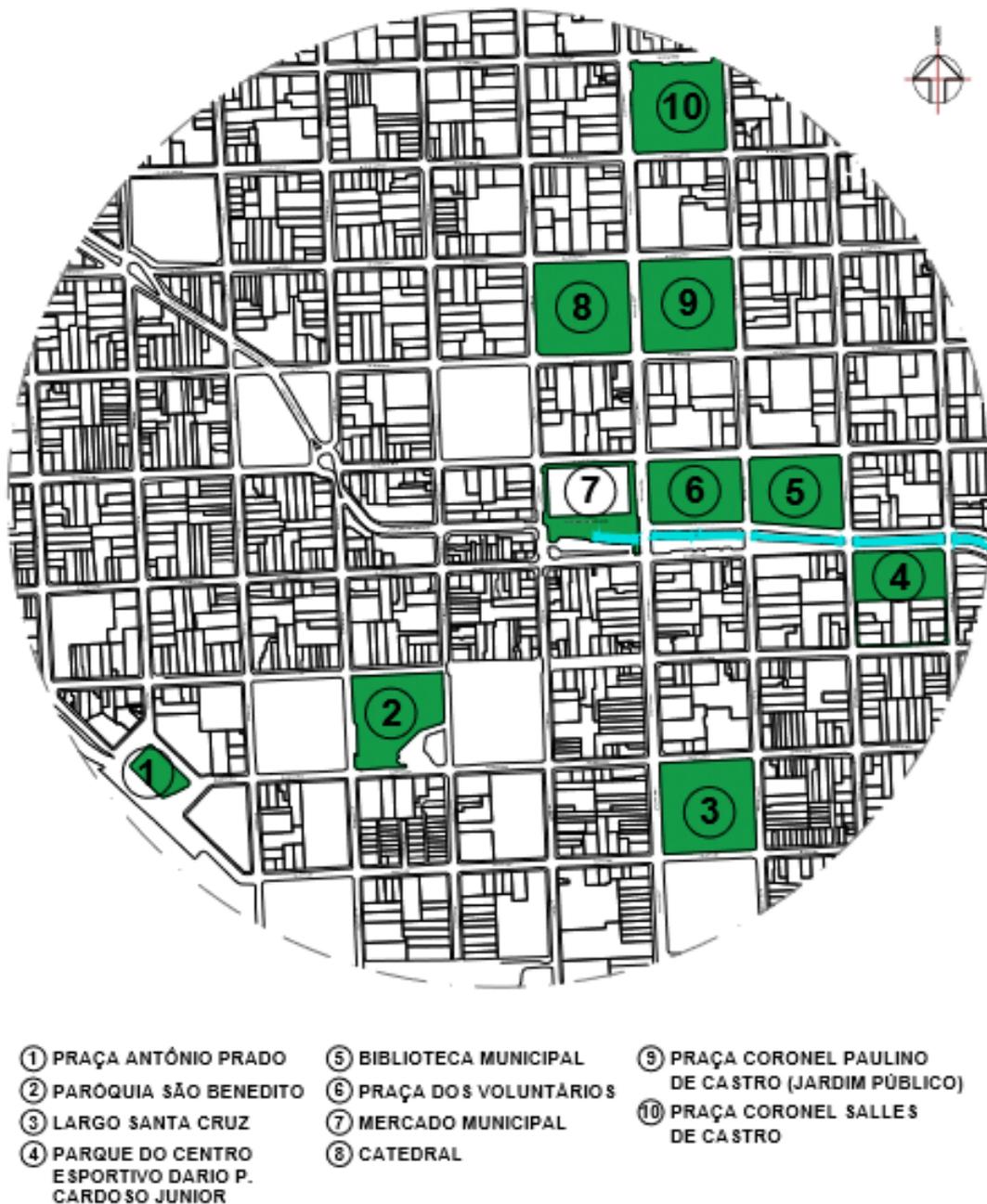
Fonte: IBGE, 1991-2000.

Embora seja interessante para a vitalidade local durante a semana, zonas puramente comerciais não geram atividades e movimento fora do horário comercial e aos finais de semana. Dessa forma, Jacobs (2009) evidencia a necessidade de espaços pautados na diversidade de usos, com vistas a incrementar a segurança local por meio da permeabilidade das fachadas em meio às calçadas e das vivências dos transeuntes, ou 'atores sociais'.

Do mesmo modo, aspectos atribuídos por Gehl (2013) em relação à escala humana nas áreas públicas demonstram que o contato entre o edifício e a cidade é perdido em edificações que excedam cinco pavimentos – fator que reduz a clareza de percepção e diminui a ocorrência da vigilância natural (GHEL, 2013). No caso da região poligonal histórica de São Carlos, o gabarito é limitado a 9 metros acima do nível da rua, de acordo com o plano diretor do município, o que, de imediato, pressupõe uma avaliação positiva neste quesito a todas as praças.

Ao todo, a poligonal histórica dispõe de 10 praças, conforme indica a Figura 4:

Figura 4. Recorte da Poligonal Histórica (Raio de 500m).



Fonte: Autor.

Os critérios de avaliação serão baseados nos estudos de De Angelis, Castro e De Angelis Neto (2010), que consideram a análise quantitativa dos equipamentos e estruturas existentes a partir da percepção do autor. Será fornecida a quantidade de bancos, árvores, postes de iluminação, lixeiras, bebedouros, sanitários, telefone público, palco ou coreto, obra de arte, chafariz, estacionamento, bicicletário, ponto de ônibus, ponto de taxi, quadra poliesportiva, campo Society, arquibancada, ciclovia, pista de skate, academia popular,

playground, espaços de convívio, banca de jornal, quiosques, edificação institucional e igreja. Algumas informações serão acrescentadas por características propostas por Maciel (2016), conforme indica a Figura 5:

Figura 5. Modelo de ficha da metodologia proposta.

FICHA 1 – LEVANTAMENTO QUANTITATIVO DOS EQUIPAMENTOS E ESTRUTURAS EXISTENTES				
Nome da praça: _____				
Localização: _____				
Área: _____ m ²				
Função: () Esportiva () Recreativa () Cultural () Contemplativa () Comercial () Mista				
Data da Avaliação: ____ / ____ / ____				
Início: _____ h Término: _____ h Duração: _____				
Assinale se os equipamentos listados abaixo existem ou não na praça, se sim, sua quantidade e característica.				
EQUIPAMENTOS/ESTRUTURAS	SIM	NÃO	QUANT.	CARACTERÍSTICA
1. Bancos				Material: _____ () c/ encosto () s/ encosto
2. Árvores				Porte: _____ () Grande () Médio () Pequeno
3. Postes de iluminação				Material: _____ () alta () baixa
4. Lixeiras				Material: _____ () alta () baixa
5. Lixeira coleta seletiva (reciclagem)				
6. Bebedouros				() alto () baixo
7. Banheiros				() PNE
8. Telefone público				() alto () baixo
9. Palco / coreto				
10. Obra de arte				Qual: _____
11. Chafariz				
12. Estacionamento				() sombreado () não sombreado
13. Bicicletário				
14. Ponto de ônibus				() c/ abrigo () s/ abrigo
15. Ponto de táxi				() c/ abrigo () s/ abrigo
16. Quadra poliesportiva				Material piso: _____ () cercada () iluminação
17. Campo society				Material piso: _____ () cercado () iluminação
18. Arquibancada				Material: _____
19. Ciclovia				
20. Pista de skate				
21. Academia popular				
22. Playground				Material: _____ Material piso: _____
23. Mesas multiuso				() jogos () piquenique
24. Espaço para jogo de terra batida (bocha, q. tenis)				Qual: _____
25. Área para cachorros				
26. Horta ou jardim comunitário				
27. Banca de jornal / revista				
28. Monumentos				
29. Quiosques				Tipo: _____ () c/ abrigo () s/ abrigo
30. Edificação institucional				Qual: _____
31. Igreja				
32. Quadro de avisos				() visual () tátil () sonora
33. Placa de sinalização (inform.)				
34. Terminais de informações				() visual () tátil () sonora
35. Guarita				
36. Pequeno depósito para equipam.				
37. Vagas especiais				

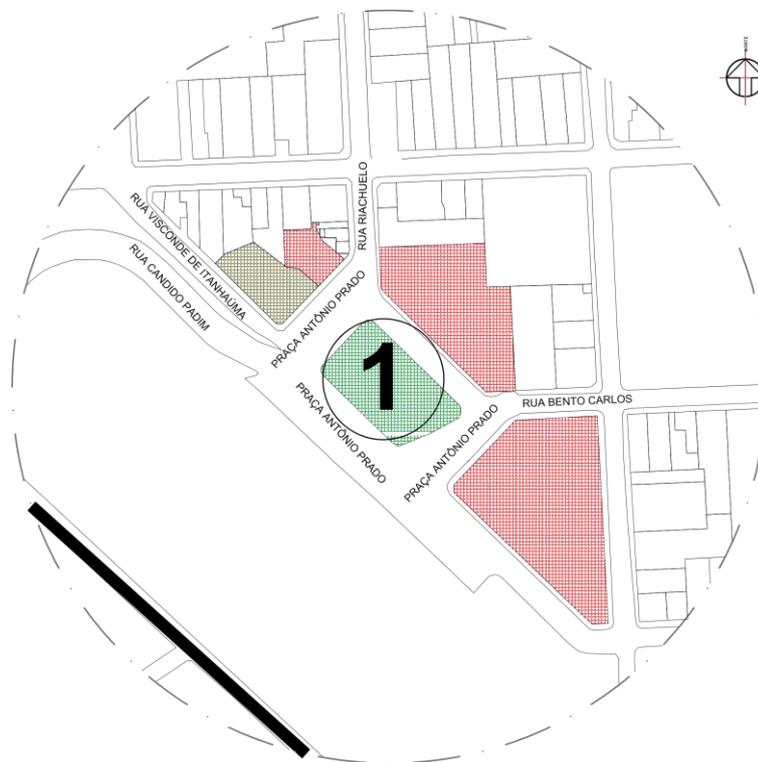
Fonte: De Angelis, Castro e De Angelis (2014) e Maciel (2016).

Como complemento, serão analisadas as fachadas confrontantes a cada praça, no sentido de analisar o dinamismo das atividades realizadas nos locais, diretamente proporcional à manutenção da vitalidade dos ambientes construídos.

3.1.1 PRAÇA ANTÔNIO PRADO

Localizada no cruzamento das ruas Bento Carlos, Rua Santa Cruz, Rua Cândido Padim, Rua Bento Carlos e Rua Visconde de Itanhaúma, a Praça Antônio Prado dispõe de uma área de aproximadamente 1674 m² (aproximadamente 50 x 32 metros) – Figura 6.

Figura 6. Localização da Praça Antonio Prado.

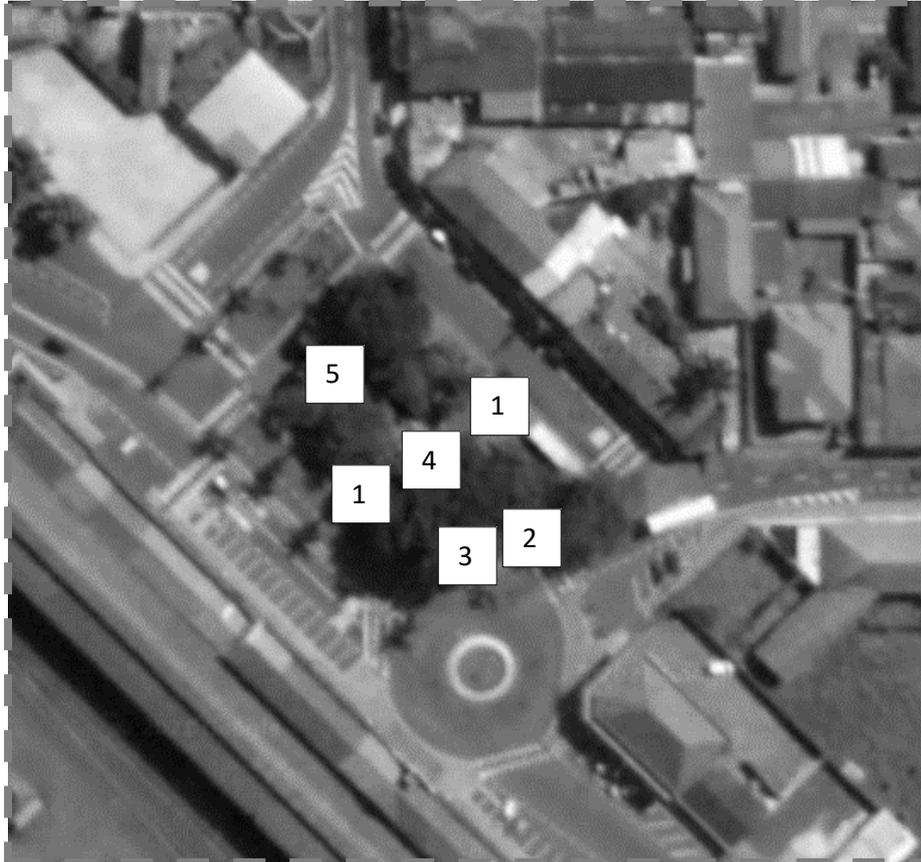


Fonte: autor.

	Comercial		Serviços
	Habitacional		Praças e áreas verdes
	Institucional		Sem uso

A praça, de função contemplativa, é logradouro do Museu de São Carlos, situado à antiga estação ferroviária do município – fator que contribui como potencial para gerar atividades fora do horário comercial, apesar de depender de políticas públicas para isso.

Figura 7. Disposição dos equipamentos e estruturas presentes na Praça Antônio Prado.



Fonte: *google maps*, editado pelo autor.

- 1 – Ponto de Ônibus
- 2 – Posto de Informações
- 3 – Sanitários
- 4 – Coreto
- 5 – Mesas de Jogos

A praça dispõe de bom sombreamento, com árvores de grande e médio porte, privilegiando a função de contemplação e circulação (ROBBA; MACEDO, 2010),

caracterizada pelos caminhos paralelos e diagonais, pavimentados em piso de concreto hexagonal, que culminam em um coreto central. A iluminação artificial se dá por meio de sete postes metálicos (Fotografia 1).

Fotografia 1. Coreto central na Praça Antônio Prado. Fonte: autor.



Fonte: autor.

Ao todo, são dois pontos de ônibus: na região oeste da praça em concreto, com abrigo e na região leste da praça, há apenas a sinalização, sem abrigo. (Fotografia 2).

Fotografia 2. Pontos de ônibus da Praça Antônio Prado.



Fonte: autor.

Há dois modelos de banco: com encosto e sem encosto, ambos em concreto, totalizando 17 unidades ao longo da praça (Fotografia 3).

Fotografia 3. Bancos em concreto da Praça Antônio Prado.



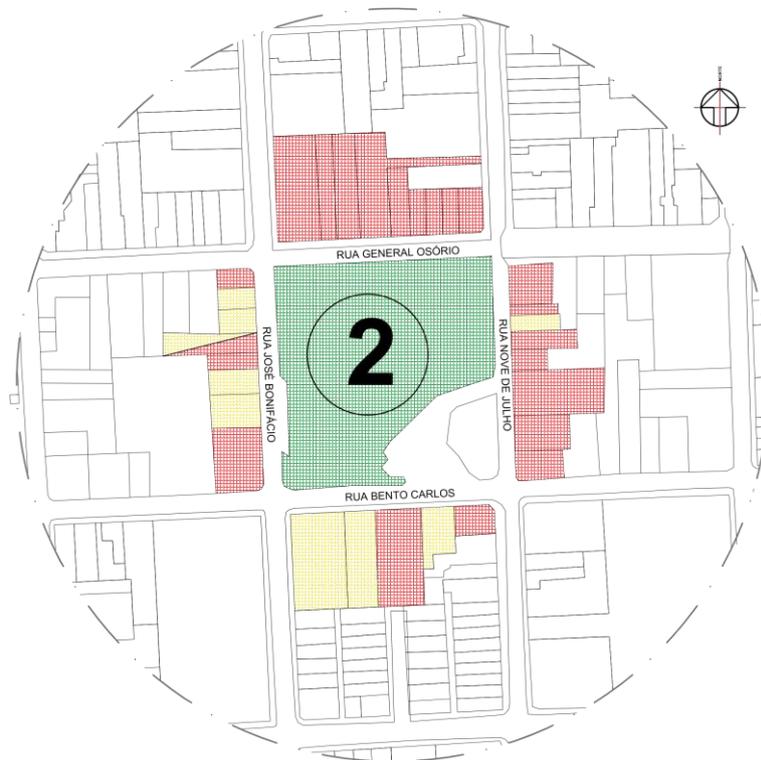
Fonte: autor.

Na praça, há três lixeiras plásticas e quatro mesas multiuso, com bancos em concreto. Os sanitários da Praça Antônio Prado estão anexos à guarita de informações.

3.1.2 PARÓQUIA SÃO BENEDITO

Localizada no cruzamento das ruas Bento Carlos, Rua General Osório, Rua José Bonifácio e Rua Nove de Julho, a Praça São Benedito dispõe de uma área de aproximadamente 8800 m² (aproximadamente 95 x 92 metros).

Figura 8. Entorno imediato na Praça da Paróquia São Benedito.



Fonte: autor.

	Comercial		Serviços
	Habitacional		Praças e áreas verdes
	Institucional		Sem uso

Ocupando o quadrilátero em sua totalidade, a praça acomoda a Igreja de São Benedito, desempenhando função cultural (ROBBA; MACEDO, 2010) e recreativa (De Angelis, 2004). Possui pavimentação em pedra portuguesa, grama e terra batida e é caracterizada pela robusta arborização perimetral e número de vagas para veículos. O entorno contempla funções habitacionais e de comércio.

Figura 10. Implantação e mobiliário existente na Praça da Paróquia São Benedito.



Fonte: *google maps*, editado pelo autor.

- 1 – Paróquia São Benedito
- 2 – Playground
- 3 – Área de Convívio
- 4 – Estacionamento
- 5 – Banheiro

Além do prédio da igreja, a praça dispõe de playground para crianças e espaços de convívio (Fotografia 4).

Fotografia. 4. Playground e espaços de convívio na Praça da Paróquia São Benedito.



Fonte: autor.

Os bancos apresentam duas tipologias diferentes: madeira e concreto com encosto e somam 52 unidades. A praça dispõe de ponto de ônibus e ponto de taxi, ambos com abrigo, em concreto e estrutura metálica (Fotografia 5).

Fotografia 5. Ponto de ônibus com abrigo na Praça da Paróquia São Benedito. Fonte: autor.

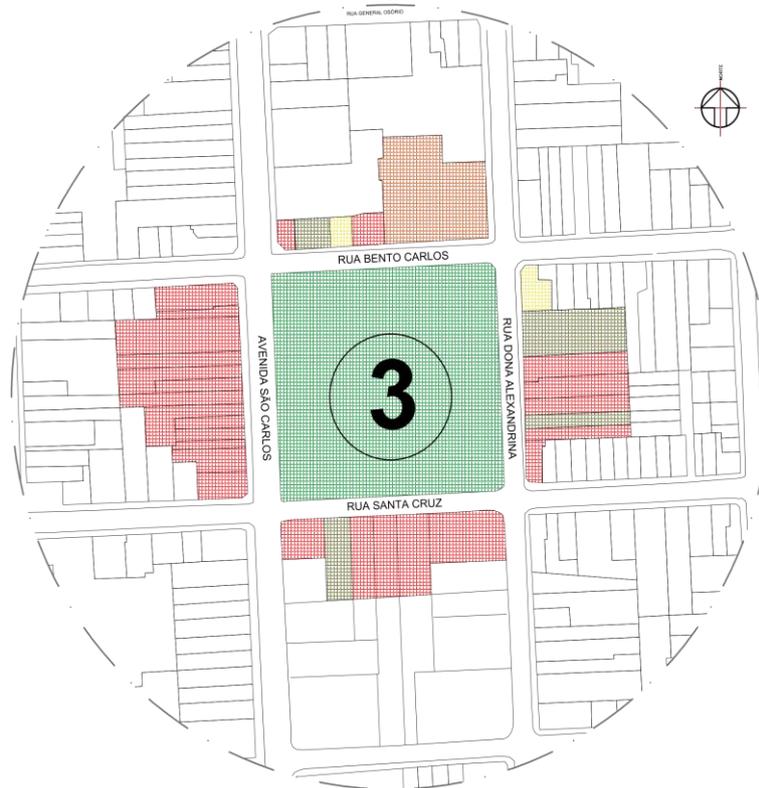


Fonte: autor.

3.1.3 LARGO SANTA CRUZ – PRAÇA ELIAS SALES

Localizada no cruzamento das ruas Bento Carlos, Rua Dona Alexandrina, Avenida São Carlos e Rua Santa Cruz, a Elias Sales, ou largo Santa Cruz, dispõe de uma área de aproximadamente 9000 m² (aproximadamente 95 x 94 metros).

Figura 11. Entorno imediato da Praça Elias Sales.

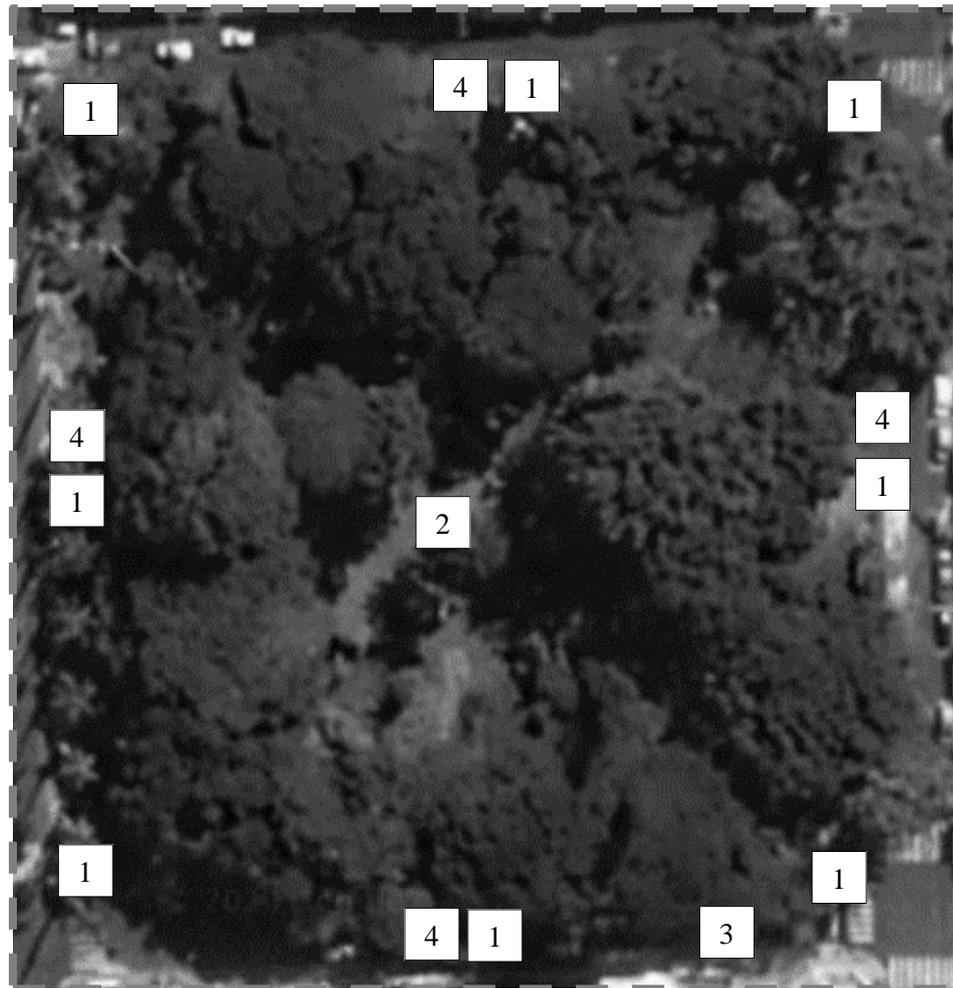


Fonte: autor.

	Comercial		Serviços
	Habitacional		Praças e áreas verdes
	Institucional		Sem uso

Apesar do entorno predominantemente comercial, a praça dispõe de uma grande opção de *food trucks* (carrinhos de lanche), o que torna a região atraente para o período que excede a jornada de trabalho.

Figura 12. Implantação e mobiliário existente na Praça Elias Sales.



Fonte: *google maps*, editado pelo autor.

- 1 – Acesso
- 2 – Nó central
- 3 – *Food Trucks* (carrinhos de lanhce)
- 4 – Estacionamento

Com arborização densa de grande e médio porte, a praça tem função de contemplação e circulação (ROBBA; MACEDO, 2010), caracterizada pelos caminhos paralelos e diagonais, pavimentados em pedra portuguesa, que culminam em um nó central, com uma espécie de coreto (Figura 19).

Fotografia 6. Nó central na Praça Elias Sales.



Fonte: autor.

Ao todo, são 46 bancos de concreto, com encosto, dispostos ao longo da praça. Postes metálicos, altos e baixos, são responsáveis pela iluminação artificial (Fotografia 7).

Fotografia 7. Bancos da Praça Elias Sales.



Fonte: autor.

A praça dispõe de duas lixeiras para coleta de lixo. Não há bebedouros ou sanitários. Há telefones públicos. Um monumento em homenagem ao ex-prefeito Elias Augusto de Camargo Salles foi construído no local, que também recebeu um totem contendo os 10 mandamentos bíblicos. A praça recebe estacionamento em todas as faces, incluindo trailer para alimentação popular e banca de revistas na Avenida São Carlos.

O ponto de ônibus é localizado na Rua Dona Alexandrina, enquanto o ponto de taxi localiza-se na Rua Bento Carlos. Ambos são cobertos.

3.1.4 CENTRO ESPORTIVO DARIO PLACERES CARDOSO JUNIOR

Localizado no cruzamento da Avenida Comendador Alfredo Maffei com as Ruas São Joaquim e Dom Pedro II, o Centro Esportivo Dario Placeres Cardoso Junior, ou CICA (Centro Integrado da Criança e do Adolescente), dispõe de uma área com cerca de 4600 m² (aproximadamente 93 x 50 metros). O entorno imediato é composto por estabelecimentos comerciais e residências – Figura 15.

Figura 13. Entorno imediato do Centro Esportivo Dario Placeres Cardoso Júnior.

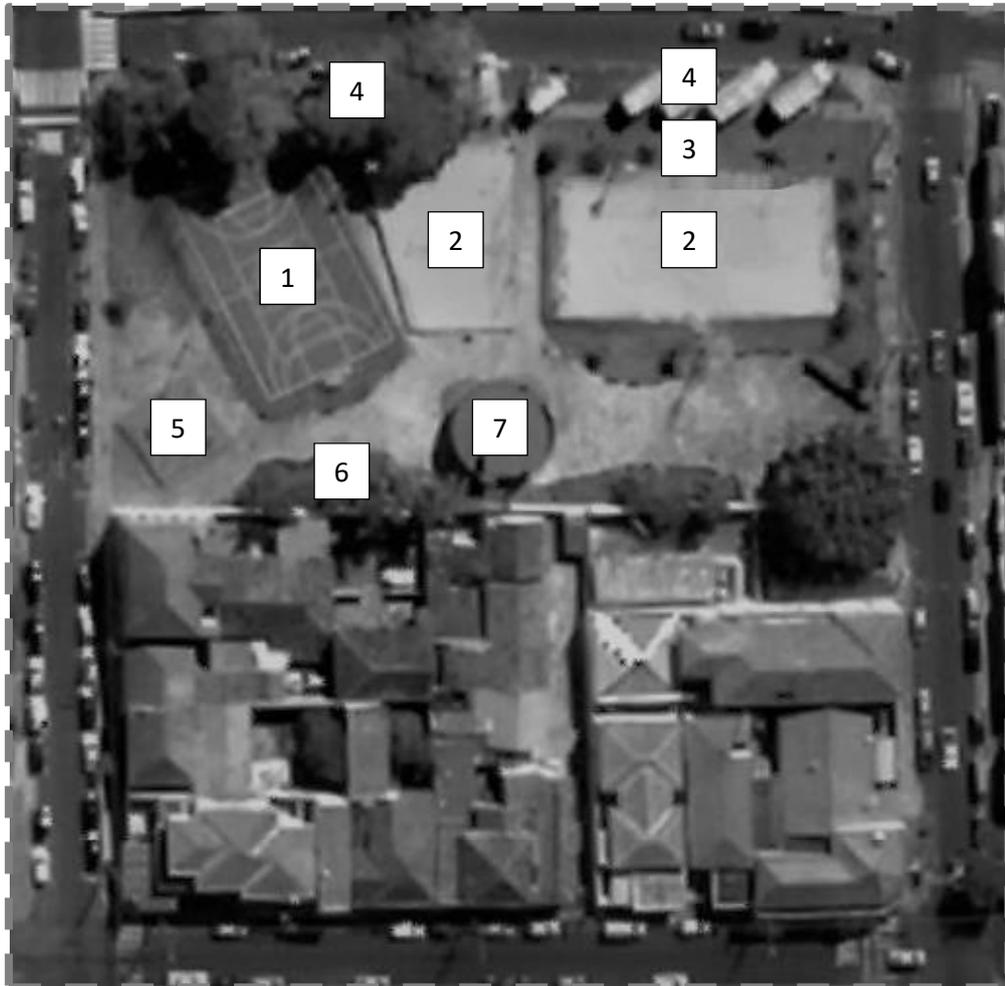


Fonte: autor.

	Comercial		Serviços
	Habitacional		Praças e áreas verdes
	Institucional		Sem uso

Retangular, a praça é composta, atualmente, por três quadras poliesportivas descobertas, sendo uma com piso de concreto e duas com areia – conferindo a função de Lazer Esportivo (ROBBA; MACEDO, 2010) ao local – Figura 16.

Figura 14. Implantação e equipamentos disponíveis no Centro Esportivo Dario Placeres Cardoso Júnior.



Fonte: autor.

- 1 – Quadra Poliesportiva (concreto)
- 2 – Quadra Poliesportiva (areia)
- 3 – Bicicletário
- 4 – Estacionamento
- 5 – Mesas Multiuso (piquenique)
- 6 – Sanitários e bebedouro
- 7 - Administração

Com arborização perimetral de grande e médio porte, a praça possui todo o centro disponível à prática de atividades físicas. Dispõe de postes altos de iluminação, metálicos, em funcionamento, além de bancos em concreto e metal (Fotografia 8), sem encosto, em boas condições de uso.

Fotografia 8. Bancos metálicos no Centro Esportivo Dario Placeres Cardoso Júnior.



Fonte: autor.

A praça contempla três lixeiras metálicas (Fotografia 9), sem distinção de resíduos recicláveis, espaço multiuso, com mesas e bancos, bebedouro e sanitários (Fotografias 10 e 11).

Fotografia 9. Espaço de convívio com lixeira no Centro Esportivo Dario Placeres Cardoso Júnior.



Fonte: autor.

Fotografia 10. Bebedouro no Centro Esportivo Dario Placeres Cardoso Júnior.



Fonte: autor.

Fotografia 11. Sanitário do Centro Esportivo Dario Placeres Cardoso Júnior.



Fonte: autor.

Apesar de dispor de banheiros, os mesmos não atendem às normas de acessibilidade (figura 7) previstas pela NBR 9050⁶, que prevê:

3.1.32 rota acessível trajeto contínuo, desobstruído e sinalizado, que conecte os ambientes externos ou internos de espaços e edificações, e que possa ser utilizado de forma autônoma e segura por todas as pessoas, inclusive aquelas com deficiência e mobilidade reduzida. A rota acessível pode incorporar estacionamentos, calçadas rebaixadas, faixas de travessia de pedestres, pisos, corredores, escadas e rampas, entre outros. (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, 2015).

O ponto de ônibus mais próximo está localizado a 120m da praça, que possui estacionamento para veículos e bicicletário (Fotografia 12).

⁶ Esta norma estabelece critérios e parâmetros técnicos a serem observados quanto ao projeto, construção, instalação, e adaptação do meio urbano e rural e de edificações às condições de acessibilidade (ABNT, 2015).

Fotografia 12. Bicletário do Centro Esportivo Dario Placeres Cardoso Júnior.

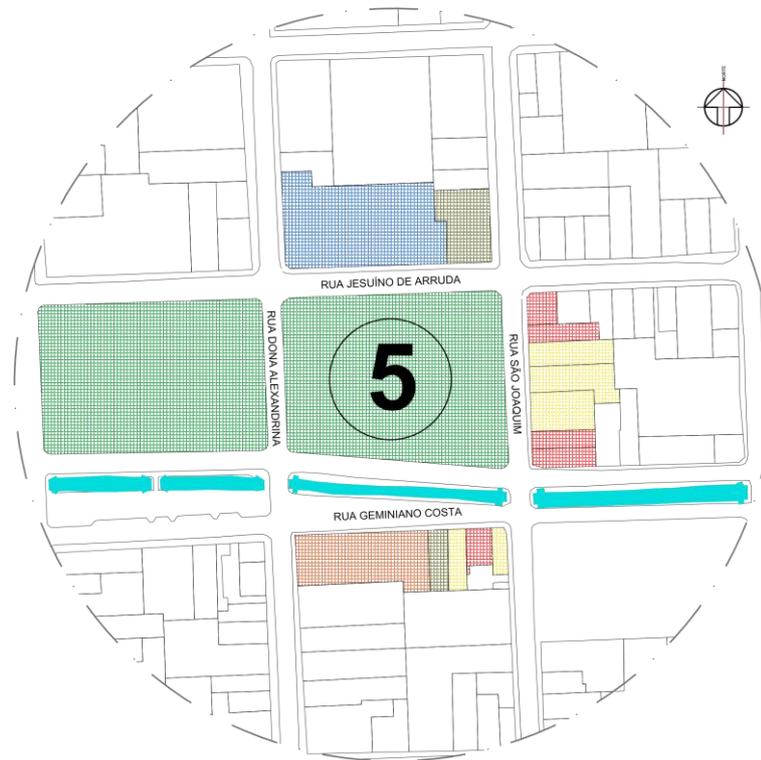


Fonte: autor.

3.1.5 PRAÇA PEDRO DE TOLEDO – BIBLIOTECA MUNICIPAL AMADEU AMARAL

Localizada no cruzamento das ruas Jesuíno de Arruda, Rua Dona Alexandrina, Rua São Joaquim e Avenida Comendador Alfredo Maffei, a Praça Pedro de Toledo acomoda o prédio da Biblioteca Municipal Amadeu Amaral e dispõe de uma área com cerca de 6500 m² (aproximadamente 93 x 70 metros). O entorno imediato comporta estabelecimentos comerciais, institucionais e residências, além de outro espaço aberto à oeste.

Figura 15. Entorno imediato da Praça Pedro de Toledo.

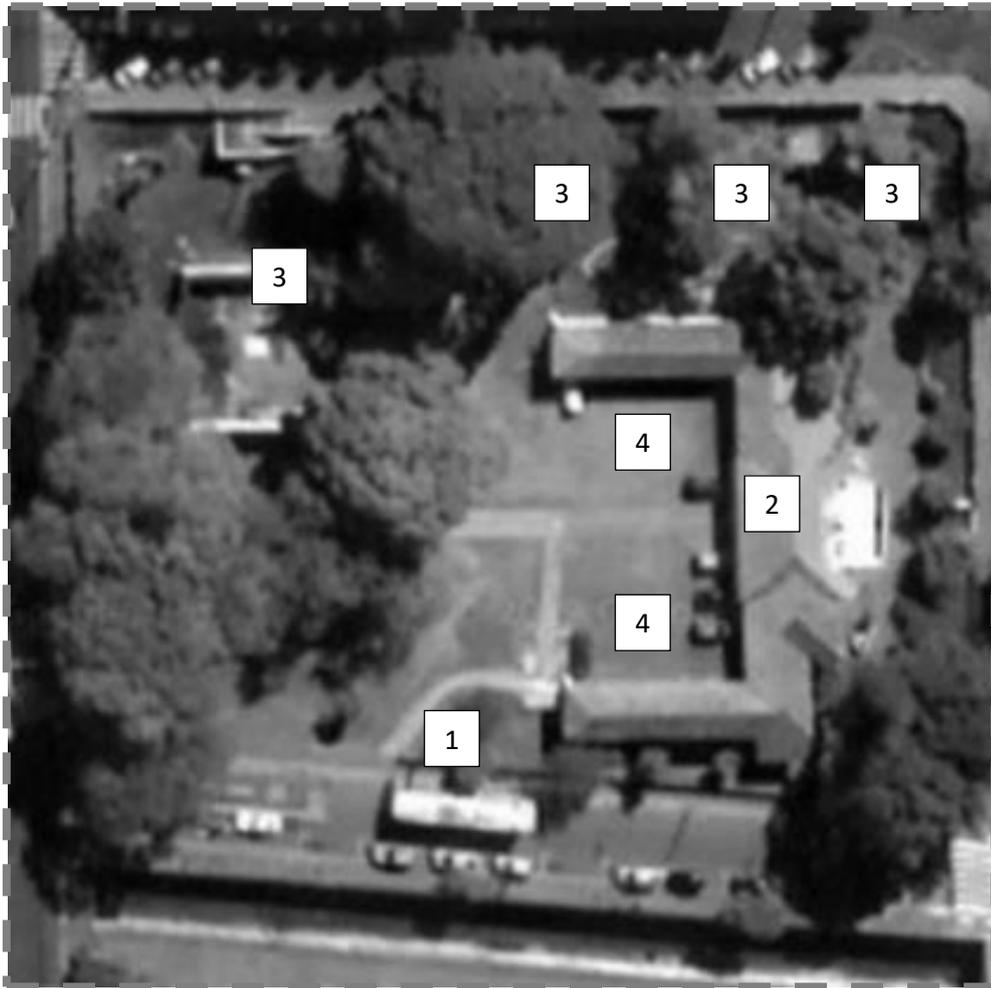


Fonte: autor.

	Comercial		Serviços
	Habitacional		Praças e áreas verdes
	Institucional		Sem uso

Ocupando o quadrilátero em sua totalidade, a praça comporta, atualmente, o prédio da Biblioteca Municipal, o que caracteriza a função cultural da praça (Figura 16).

Figura 16. Implantação e mobiliário existente na Praça Pedro de Toledo. Fonte: *google maps*, editado pelo autor.



Fonte: *google maps*, editado pelo autor.

- 1 – Acesso Principal
- 2 – Prédio da Biblioteca
- 3 – Bancos
- 4 – Estacionamento

Com arborização perimetral de grande e médio porte, o acesso principal à praça dá-se pela Av. Comendador Alfredo Maffei, em nível. No centro da praça encontra-se o prédio da Biblioteca Municipal, com planta em U, resultando em um pátio central destinado a estacionamento de veículos, em grama e terra batida (Fotografia 13).

Fotografia 13. Prédio da biblioteca da Praça Pedro de Toledo.



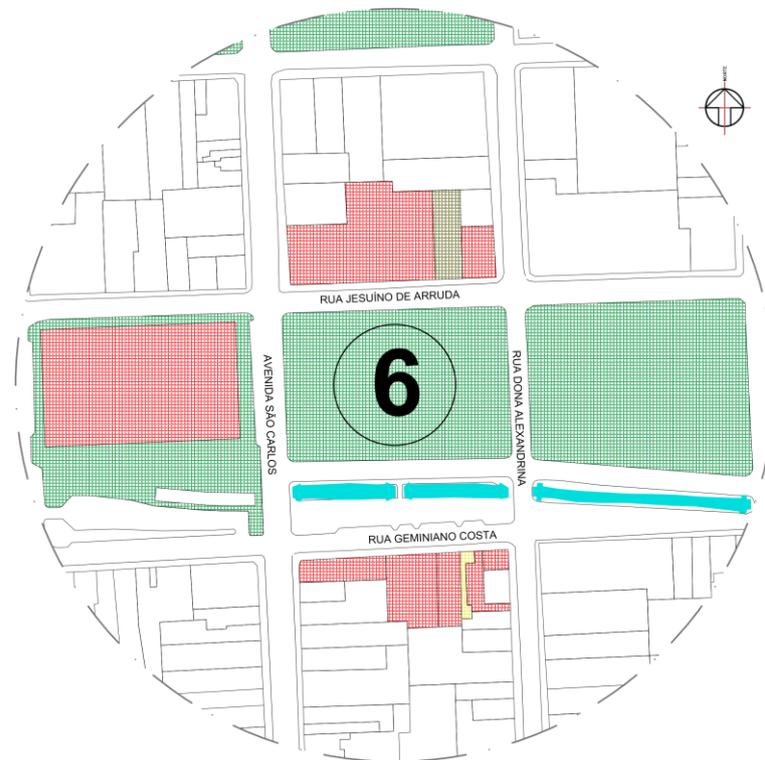
Fonte: autor.

A área de convivência externa ao prédio conta com 10 bancos em concreto, dispostos na face norte do terreno, ao longo da Rua Jesuíno de Arruda. A iluminação artificial provém de postes altos de iluminação, metálicos, em funcionamento, além de arandelas e refletores instalados na edificação. O ponto de ônibus mais próximo encontra-se na face oeste do terreno, na Rua Dona Alexandrina. Não há lixeiras, bebedouros e sanitários nas áreas externas ao prédio da biblioteca.

3.1.6 PRAÇA DOS VOLUNTÁRIOS

Localizada no cruzamento das ruas Jesuíno de Arruda, Rua Dona Alexandrina, Avenida São Carlos e Avenida Comendador Alfredo Maffei, a Praça Voluntários é caracterizada pela presença do monumento em homenagem aos combatentes são-carlenses da Revolução de 1932 e dispõe de uma área com cerca de 8000 m² (aproximadamente 94 x 63 metros).

Figura 17. Entorno imediato da Praça dos Voluntários.

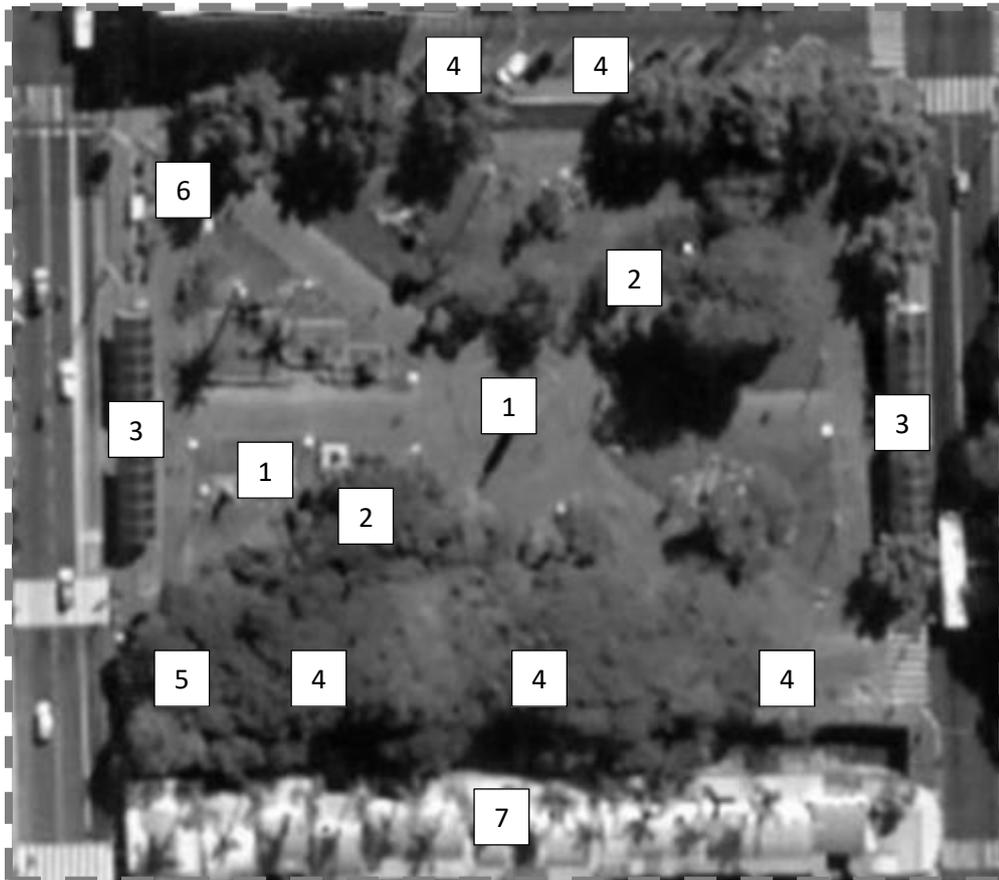


Fonte: autor.

	Comercial		Serviços
	Habitacional		Praças e áreas verdes
	Institucional		Sem uso

Com arborização perimetral de grande e médio porte, é possível acessar a praça por todas as faces, uma vez que há ocupação de todo o quadrilátero. A partir do nó central, onde encontra-se o obelisco em homenagem aos soldados da revolução de 1932, a implantação dos jardins conduz o deslocamento dos pedestres através de caminhos paralelos, perpendiculares e diagonais aos leitos carroçáveis. O entorno, predominantemente comercial, é um ponto negativo, diante da ausência de atividades em horários noturnos e dias de descanso (Figura 18).

Figura 18. Implantação e mobiliário existente na Praça dos Voluntários.



Fonte: *google maps*, editado pelo autor.

- | |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <ul style="list-style-type: none"> 1 – Monumentos 2 – Bancos 3 – Pontos de Ônibus 4 – Estacionamento 5 – Ponto de taxi 6 – Acesso subterrâneo ao Mercado Municipal 7 – Comércio Popular |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|

Apesar de dispor de uma pequena quantidade de bancos de concreto sem encosto (Fotografia 14), a função proeminente da praça é a de circulação, uma vez que o espaço dispõe de dois pontos de ônibus, ponto de taxi, estacionamentos para automóveis e

motocicletas, além de acessos a comércios populares, como a feira de ambulantes e o mercado municipal.

Fotografia 14. Bancos sem encosto na Praça dos Voluntários.



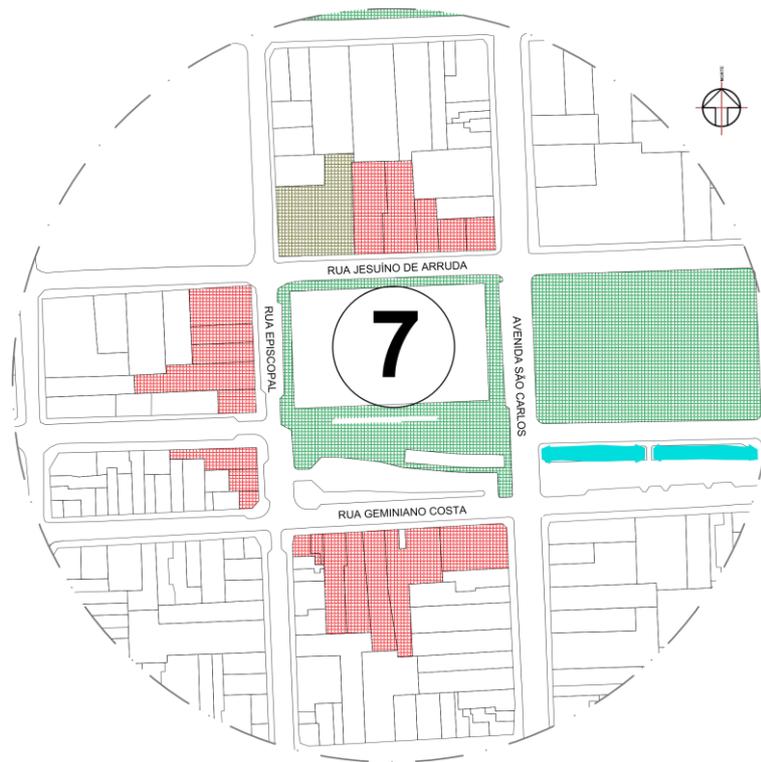
Fonte: autor.

A iluminação se dá por postes metálicos e altos. No interior da praça há duas lixeiras plásticas. Os pontos de ônibus são cobertos, assim como o ponto de taxi. Os estacionamentos são descobertos, porém protegidos pela maciça arborização. Não há lixeiras, bebedouros e sanitários no local. Ao longo do trecho da Avenida São Carlos há três lixeiras metálicas. A pavimentação é de pedra portuguesa.

3.1.7 MERCADO MUNICIPAL

Localizada no cruzamento das ruas Jesuíno de Arruda, Rua Geminiano Costa, Rua Episcopal e Avenida São Carlos, a praça é o espaço residual do prédio do Mercado Municipal Antonio Massei, ou Mercado Municipal de São Carlos. Dispõe de uma área com cerca de 4000 m² (aproximadamente 95 x 41 metros). O entorno imediato é caracterizado por estabelecimentos comerciais, tendo, à face leste, outro espaço público aberto.

Figura 19. Entorno imediato do Mercado Municipal.

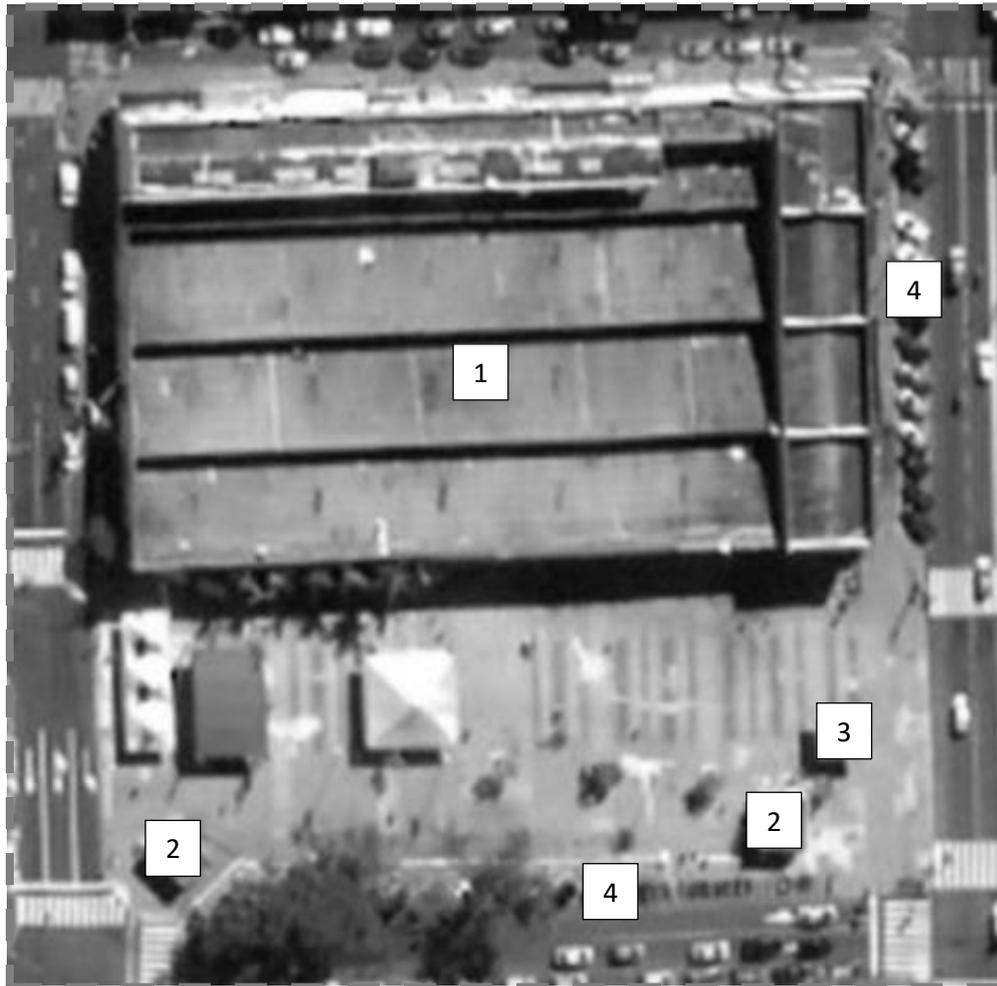


Fonte: autor.



A praça, que divide espaço com o prédio do Mercado Municipal, desempenha função comercial (ROBBA; MACEDO, 2010) e é pavimentada em concreto.

Figura 20. Implantação e mobiliário existente no Mercado Municipal.



Fonte: *google maps*, editado pelo autor.

- 1 – Mercado Municipal
- 2 – Banca de revistas
- 3 – Bancos
- 4 – Estacionamento

O espaço de convívio está restrito a três bancos de madeira, com encosto (Fotografia 15), desprotegidos da incidência solar ou chuvas, uma vez que a vegetação local é escassa e jovem.

Fotografia 15. Espaço de convívio no Mercado Municipal.



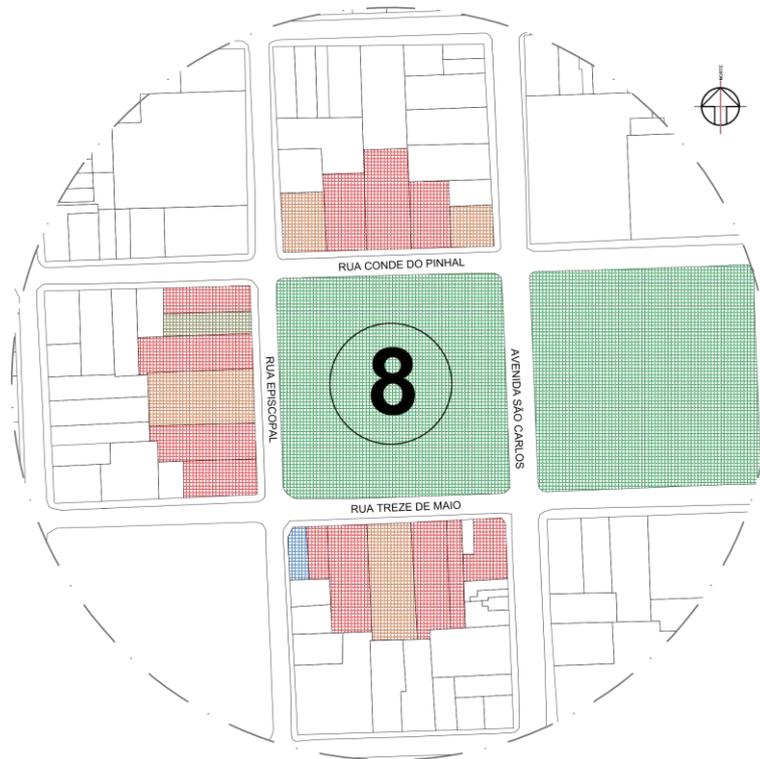
Fonte: autor.

Postes metálicos e altos são responsáveis pela iluminação artificial. Há uma lixeira plástica em toda a extensão da praça, que também dispõe de duas bancas de revistas. O ponto de ônibus mais próximo encontra-se na face leste do terreno, do outro lado da Av. São Carlos. Não há bebedouros e sanitários nas áreas externas ao prédio do mercado.

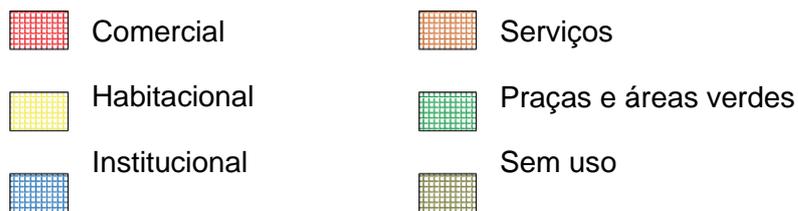
3.1.8 PRAÇA DA CATEDRAL

Localizada no cruzamento das ruas Episcopal, Avenida São Carlos, Rua Conde do Pinhal e Rua Treze de Maio, a praça contempla a Catedral de São Carlos. Dispõe de uma área com cerca de 9000 m² (aproximadamente 95 x 94 metros). Seu entorno é caracterizado, basicamente, por edifícios comerciais, sendo a face leste confrontada por outro espaço público aberto.

Figura 21. Entorno imediato da Praça da Catedral.



Fonte: autor.



A praça desempenha função cultural (ROBBA; MACEDO, 2010), possui pavimentação em pedra portuguesa, grama e terra batida e é caracterizada pela robusta arborização perimetral.

Figura 22. Implantação e mobiliário existente na Praça da Catedral.

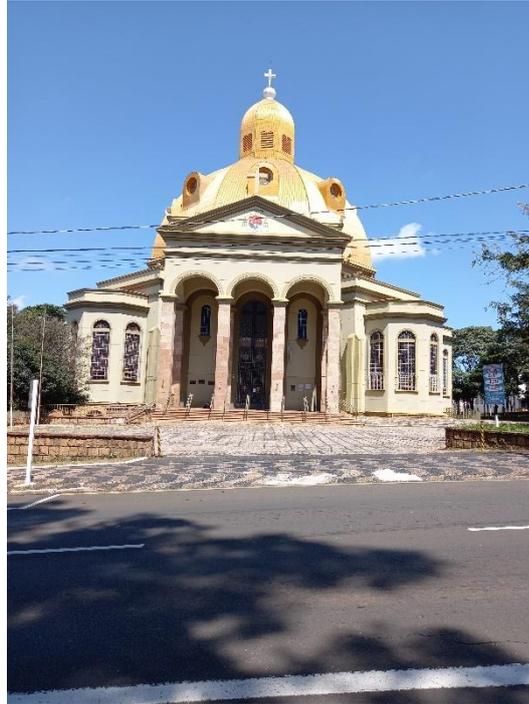


Fonte: autor.

- 1 – Acesso principal
- 2 – Catedral de São Carlos
- 3 – Sanitários
- 4 – Ponto de taxi

O acesso principal dá-se pela Avenida São Carlos e é caracterizado por um grande pátio de estacionamento de automóveis (Fotografia 16).

Fotografia 16. Acesso à Praça da Catedral. Fonte: autor.



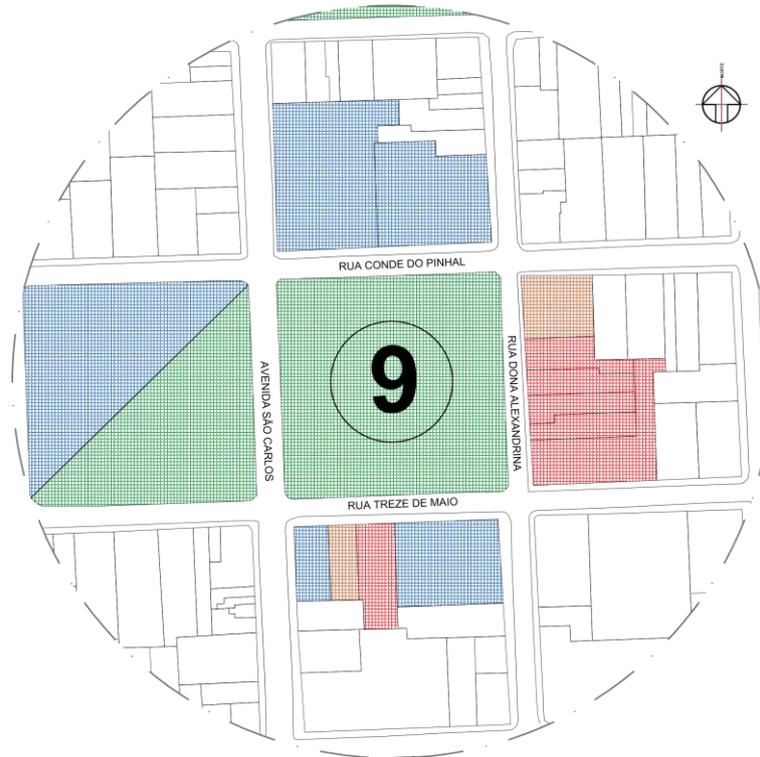
Fonte: autor.

Postes metálicos e altos são responsáveis pela iluminação artificial. Existe apenas uma lixeira em toda a área da praça, que não dispõe de nenhum banco para descanso ou convívio dos pedestres. A praça contempla sanitários feminino e masculino, em um prédio ao lado do acesso principal. Não há bebedouro. Com exceção de um palco, os espaços externos são basicamente reservados a estacionamentos, comportando confortavelmente 60 veículos. Não há bicicletário. Há um ponto de taxi no cruzamento da Avenida São Carlos com a Rua Treze de Maio. O ponto de ônibus mais próximo encontra-se do outro lado da Avenida São Carlos.

3.1.9 PRAÇA CORONEL PAULINO DE CASTRO – JARDIM PÚBLICO

Localizada no cruzamento das ruas Conde do Pinhal, Rua Treze de Maio, Rua Dona Alexandrina e Avenida São Carlos, Rua Conde do Pinhal e Rua Treze de Maio, a praça dispõe de um maciço arbóreo denso. Dispõe de uma área com cerca de 9000 m² (aproximadamente 95 x 94 metros).

Figura 23. Entorno imediato da Praça Coronel Paulino de Castro.

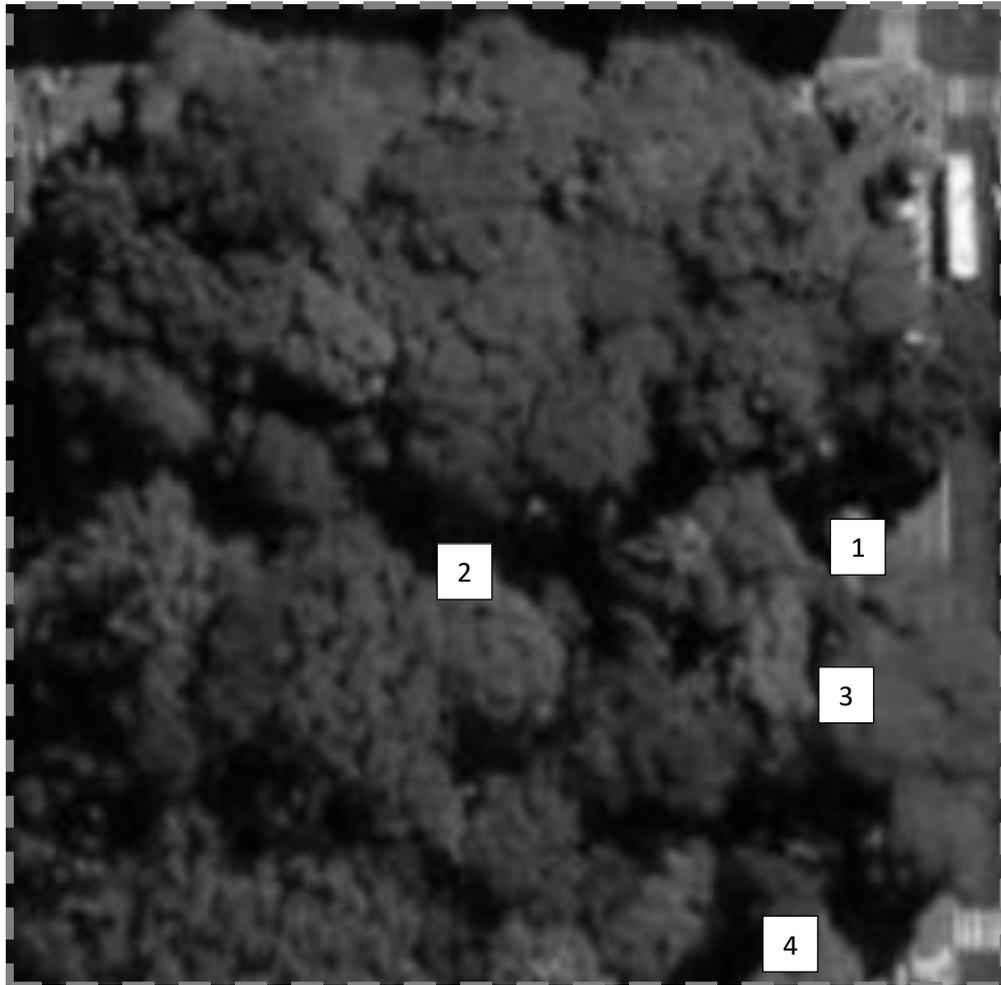


Fonte: autor.

	Comercial		Serviços
	Habitacional		Praças e áreas verdes
	Institucional		Sem uso

A praça desempenha função contemplativa (ROBBA; MACEDO, 2010), possui pavimentação em pedra portuguesa e é caracterizada pela arborização densa.

Figura 24. Implantação e mobiliário existente na Praça Coronel Paulino de Castro.



Fonte: autor.

- 1 – Acesso principal
- 2 – Catedral de São Carlos
- 3 – Sanitários
- 4 – Ponto de taxi

Postes metálicos intermediários são responsáveis pela iluminação artificial, que dispõe de 44 bancos em concreto, sem encosto, para área de contemplação. Não há sanitários. Há uma réplica do chafariz (Fotografia 17) “originalmente produzido em mármore

branco e doado pelo Intendente Bellarmino Indalécio de Souza em 1900” (Fundação Pró-memória, 2014, p. 14), além do busto de Bento Carlos de Arruda Botelho (Fotografia 18).

Fotografia 17. Chafariz na Praça Coronel Paulino de Castro.



Fonte: autor.

Fotografia 18. Busto de Bento Carlos Arruda Botelho.



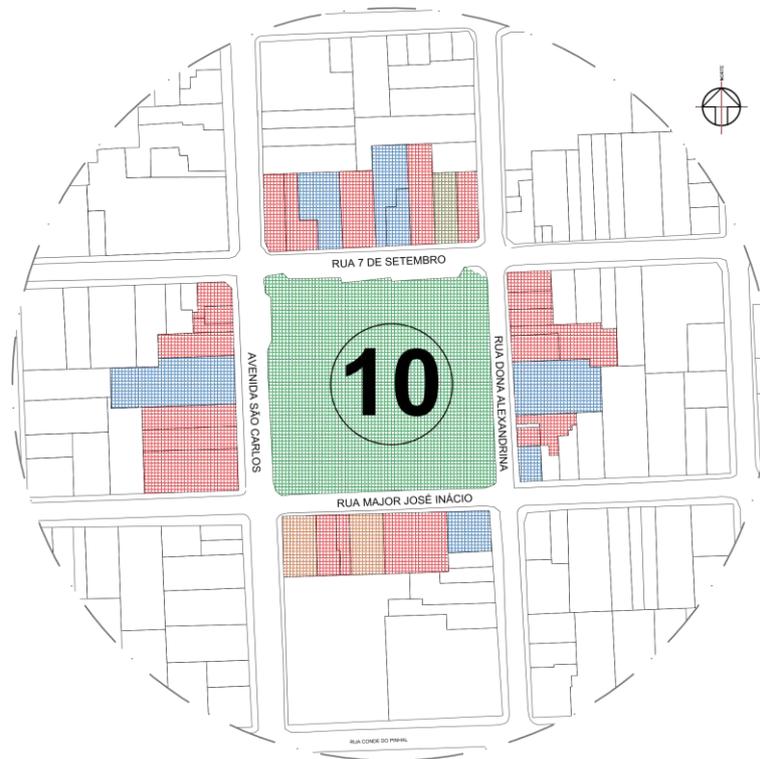
Fonte: autor.

Em homenagem aos poetas são-carlenses Cecília Campos Pacheco e Clóvis Pacheco, foi construído, no centro da praça, um monumento para acomodar as cinzas dos artistas. Os pontos de ônibus encontram-se nas faces da Avenida São Carlos e Rua Dona Alexandrina. Possuem bancos e cobertura.

3.1.10 PRAÇA CORONEL SALLES DE CASTRO

Localizada no cruzamento das ruas Sete de Setembro, Rua Dona Alexandrina, Rua Major José Inácio e Avenida São Carlos, a praça de vegetação perimetral um grande espaço livre no miolo de quadra. A área é de cerca de 9000 m² (aproximadamente 95 x 94 metros).

Figura 25. Entorno imediato da Praça Coronel Salles de Castro.

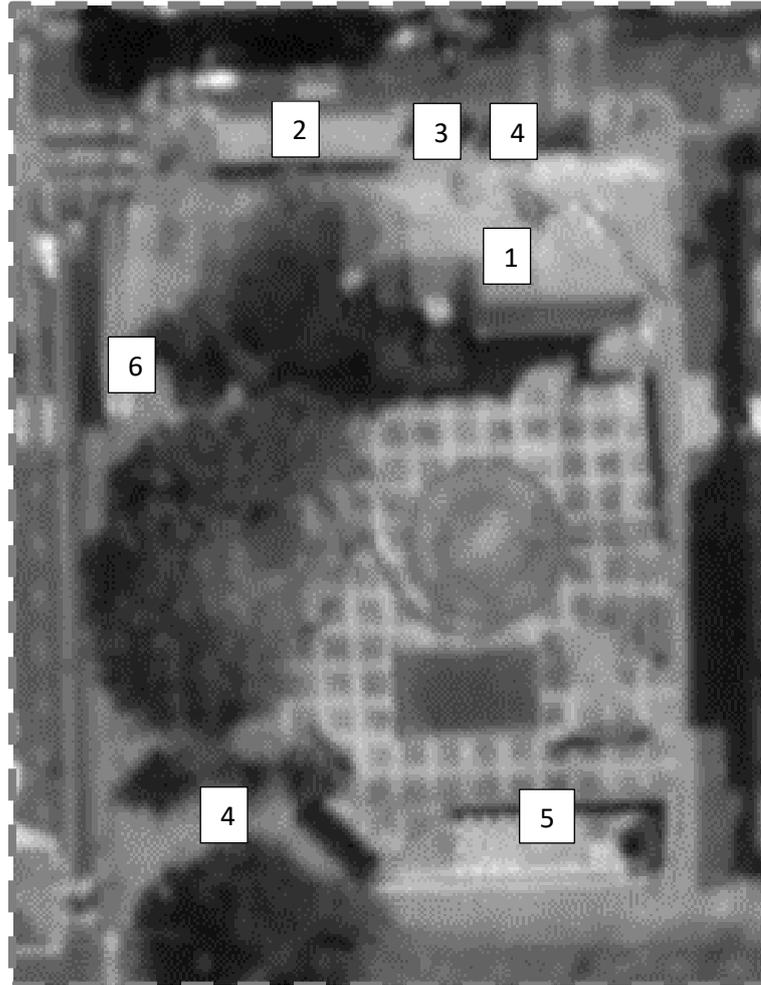


Fonte: autor.

	Comercial		Serviços
	Habitacional		Praças e áreas verdes
	Institucional		Sem uso

A praça, que que acomoda o prédio da Câmara Municipal e o Museu de Ciências de São Carlos, desempenha função mista (ROBBA; MACEDO, 2010) e é pavimentada em pedras portuguesas.

Figura 26. Implantação e mobiliário existente na Praça Coronel Salles de Castro.



Fonte: autor.

1 – Câmara Municipal

2 – Ponto de Taxi

3 – Estacionamento

4 – Bicicletário

5 – Museu de Ciências de São Carlos

6 – Ponto de ônibus

O espaço de convívio dispõe de sete bancos em concreto (com e sem encosto). O maciço arbóreo concentra-se na porção oeste da praça, faceando a avenida São Carlos. A iluminação artificial provém de postes metálicos, altos e baixos. Há oito lixeiras no perímetro da praça, de metal e plástico. A praça dispõe de um telefone público e uma espécie de anfiteatro. Não há bebedouros e sanitários. Há um espelho d'água e um monumento em homenagem à atleta Maureen Maggi (Fotografia 19).

Fotografia 19. Monumento em homenagem à Maureen Maggi.



Fonte: autor.

Há sete vagas de estacionamento para automóveis e bicicletário com 10 vagas. Ponto de ônibus e ponto de taxi, ambos com abrigo. Não há espaços para lazer ativo, playground ou academia popular.

3.2 MEDIDAS COMPORTAMENTAIS

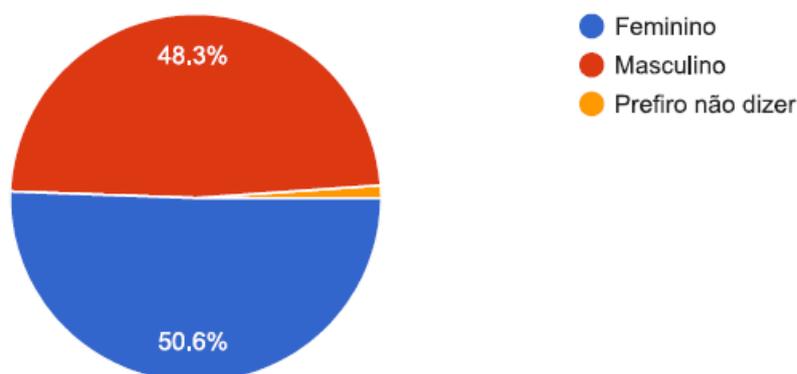
A expansão da malha urbana, característica de meados do século XX, foi responsável por grandes transformações. A partir de então, a vida na cidade e a interação com o espaço público foram identificados como um campo a ser estudado com maior atenção (GEHL, 2018). Percebeu-se, então, a partir da década de 1960, a necessidade de aferir a percepção do público-alvo na construção de novos espaços. O estudo das praças e dos espaços públicos está inserido, também, em uma outra escala, do desenho urbano, caracterizando o processo de evolução e renovação dos fragmentos das cidades. Ainda é

comum, contudo, associar as praças brasileiras às imagens de pobreza e abandono. “Travestidas de estacionamentos ou cercadas por grades (tendência que se observa nos grandes centros urbanos), as praças sucumbem sob o peso de um urbanismo selvagem em detrimento do lazer e do interesse coletivo” (DE ANGELIS, 2004, p. 60). O autor inclui que a população acaba por se tornar cúmplice da perda do espaço coletivo nobre, alargando as possibilidades da especulação e descaso com a “coisa pública”. Para Pacheco (2016, p.100) a participação ativa na cidade e as formas de ocupação do espaço expõem um processo de luta que transcende o direito de ir e vir.

Nesse sentido, entre as diversas abordagens para coletas de informações dos usuários de um ambiente, Ornstein (1992) destaca as entrevistas, questionários, reuniões de grupos e anotações diárias do comportamento dos usuários. Nesse sentido, com vistas a colher a percepção dos usuários das praças da Poligonal Histórica de São Carlos, foi desenvolvido um questionário estruturado, pela facilidade de quantificação por meio de escala de valores que, segundo Ornstein (1992, p. 112) “garantem o anonimato dos respondentes e minimizam prováveis interpretações inadequadas por parte dos entrevistadores”. Desta forma, baseadas nos estudos de De Angelis, Castro e De Angelis Neto (2010) e Ornstein (1992), com adaptação do autor, as perguntas foram organizadas em escala de valores 5, que compreende: ótima, boa, razoável, precária e péssima.

Participaram da pesquisa 89 pessoas, sendo 48,3% do sexo masculino, 50,6% do sexo feminino. 1,1% das pessoas entrevistadas preferiu não informar o gênero (Gráfico 1).

Gráfico 1. Gênero das pessoas entrevistadas. Fonte: autor.



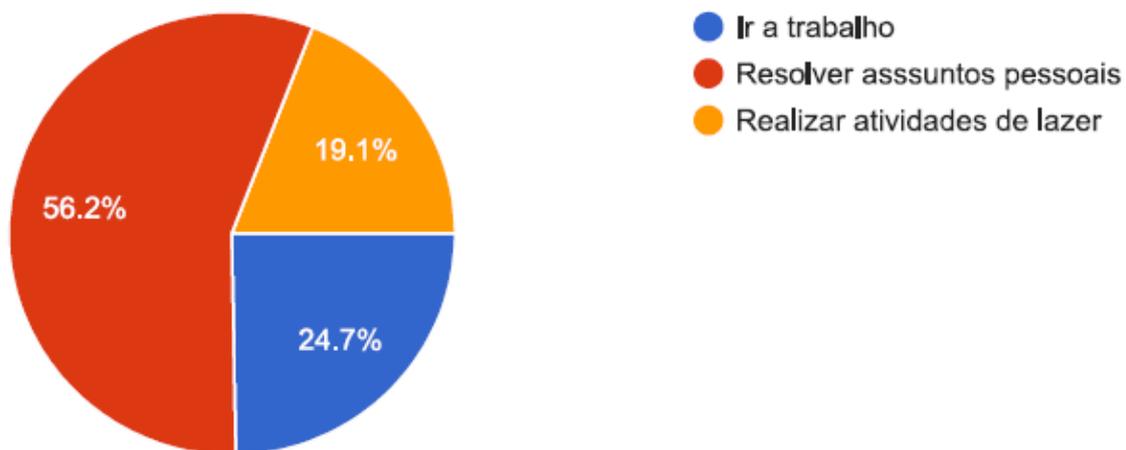
Fonte: autor.

Para as entrevistas, foram consideradas as seguintes faixas etárias: pessoas com menos de 20 anos (entre 18 e 20); entre 21 e 40 anos; entre 41 e 55 anos e mais de 55 anos, com vistas a aferir a diversidade de apropriação dos espaços e servir como base para delinear políticas públicas que, além de contemplar as iniciativas espontâneas, sirvam de atrativo a novas pessoas.

Além da idade, com relação à ocupação dos entrevistados, os dados sugerem que 61,8% das pessoas são trabalhadoras e trabalhadores, enquanto 36% são estudantes, 1,1% aposentada ou aposentado e 1,1% desempregada ou desempregado.

A adesão dos entrevistados às praças do centro também foi avaliada. 84,3% afirmaram frequentar os espaços, enquanto 15,7% disseram não frequentar a região. Foi percebida uma diversidade de usos da Poligonal Histórica de São Carlos-SP, em que 56,2% utilizam a região para resolver assuntos pessoais; 24,7% vão a trabalho e 19,1% realizam atividades de lazer (Gráfico 2).

Gráfico 2. Diversidade de usos.

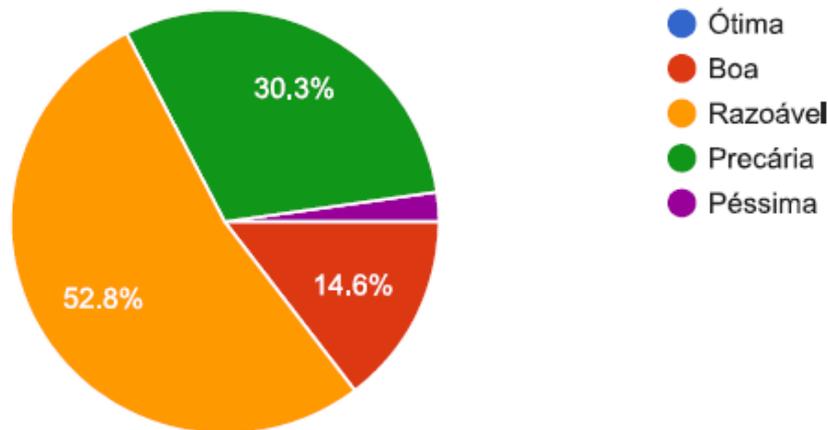


Fonte: autor.

Com relação ao lazer ativo, 92,1% afirmaram não praticar nenhum tipo de atividade física nos espaços, enquanto 4% disseram usar os espaços para práticas corporais e 3,9% utilizam os espaços esporadicamente. 70,8% afirmaram frequentar os espaços uma vez por semana; 11,2% disseram frequentar a região entre duas e três vezes e 18% frequentam mais que três vezes na semana.

A maioria dos entrevistados considera as instalações das praças com razoáveis (52,8%). Para 30,3% as instalações são precárias. 14,6% consideram os espaços bons e 2,3% consideram as instalações péssimas. Nenhum entrevistado classificou as praças como ótimas (Gráfico 3).

Gráfico 3. Percepção dos usuários. Fonte: autor.



Fonte: autor.

O item acessibilidade foi avaliado, pelos entrevistados, da seguinte forma: 52,8% consideram precária; 30,3% classificam como razoável; 7,8% veem como boa e 9,1% classificou como ótima. A pavimentação das praças recebeu as seguintes percepções: 40,4% consideram precária; 37,1% classificam como razoável; 13,5% classificaram como péssima enquanto 9% classificaram como boa. Não houve avaliação ótima por nenhum entrevistado.

De acordo com o Guia Global de Desenho de Ruas, todas as ruas devem ser universalmente acessíveis, comportar diferentes velocidades de deslocamento e ser legíveis para todos os usuários, especialmente idosos, crianças e mulheres (*GLOBAL STREET DESIGN GUIDE*, 2016). A NBR9050 (2004) recomenda espaços de deslocamentos (passeios públicos) de 1,50m de largura (sendo tolerável 1,20m), possibilitando o deslocamento em pares, para contemplar pessoas com mobilidade reduzida. A superfície do piso deve se apresentar de forma regular, firme, contínua e antiderrapante (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, 2004).

Nesse sentido, as especificações normativas justificam as percepções dos usuários, uma vez que, com exceção da Praça do Mercado Municipal e a Praça do Centro Esportivo Dario Placeres Cardoso Junior, que possuem pavimentação em concreto, todas as demais praças são revestidas em pedra portuguesa que, apesar de um material adequado aos espaços públicos, demanda alta manutenção (Fotografia 20).

Fotografia 20. Pavimentação.



Fonte: autor.

Sobre a iluminação, os participantes se manifestaram da seguinte maneira: 32,6% consideram razoável; 31,5% avaliaram como precária; 21,3% classificaram como péssima enquanto 13,5% classificaram como boa. 1,1% considera a iluminação ótima.

O objetivo da iluminação, além de garantir a segurança viária, é auxiliar na orientação espacial e pode contribuir com a identidade do espaço, ambientação, recreação ou promoção comercial (DORNELES, *et al.* 2014). Os autores apontam postes altos como recomendados para a iluminação viária. No entanto, em espaços de permanência, postes intermediários são indicados, no sentido de permitir que as pessoas se reconheçam em uma distância prudente, fortalecendo a sensação de segurança. Postes baixos devem ser utilizados para indicar desníveis e obstáculos no percurso, auxiliando, inclusive, na criação de cenários urbanos e valorização da arquitetura (DORNELES, *et al.*, 2014).

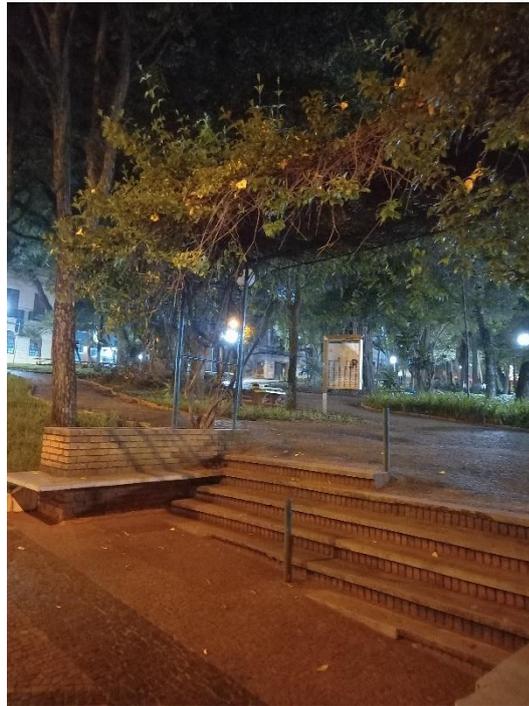
Com exceção do Centro Esportivo Dario Placeres Cardoso Junior (figura 58), que não dispõe de postes intermediários de iluminação, as demais praças se adequam a este requisito. O que não torna a iluminação convidativa, nesses locais, é a ausência de postes baixos, tornando ambientes pouco contrastantes e convidativos no período noturno (fotografias 21 e 22). Diante disso, a percepção dos usuários está em consonância com a literatura.

Fotografia 21. Praça do Centro Esportivo Dario P. Junior à noite.



Fonte: autor.

Fotografia 22. Desníveis sem iluminação.



Fonte: autor.

O item “adequação dos espaços para jovens e adultos” recebeu o seguinte feedback: 48,3% consideram precária; 34,8% avaliaram como razoável; 7,9% classificaram como péssima enquanto 7% classificaram como boa. 2% consideram os espaços adequados para jovens e adultos.

A “percepção dos participantes sobre bancos e áreas de convívio” foi avaliada da seguinte forma: 49,4% consideram precária; 28,1% avaliaram como razoável; 12,4% classificaram como péssima, 9% classificaram como boa. 1,1% considera os bancos e espaços para convívio ótimos.

De acordo com o Guia de Acessibilidade em Praças e Parques, os mobiliários urbanos devem ser de fácil visualização e identificação, com cores contrastantes em relação a pisos e elementos verticais do entorno. Lixeiras, bebedouros, telefones públicos e bicicletários, por exemplo, devem ser utilizados sem limitação de quantidade e devem permitir o acesso do usuário sem esforço físico, caso esteja sentado ou em pé – por exemplo, lixeiras com diferentes aberturas, que devem ser distribuídas a cada 50 metros,

e bebedouros em diferentes alturas de acionamento (DORNELES, *et al.*, 2014). Novamente, literatura e percepção do usuário coincidem.

Os espaços mais citados pelos entrevistados apontam: 67,4% frequentam a praça do mercado municipal com assiduidade; 49,4% citaram a praça da Catedral como mais frequentada; 21,3% indicaram o Largo Santa Cruz; 19,1 apontaram a Praça Coronel Salles de Castro e a Biblioteca Municipal; a paróquia São Benedito foi citada por 12,4%; a praça Coronel Paulino de Castro foi citada por 9% dos entrevistados enquanto a Praça Antônio Prado recebeu 6,7% de votos; o Centro esportivo Dario P. Cardoso Junior recebeu 3,4% dos votos.

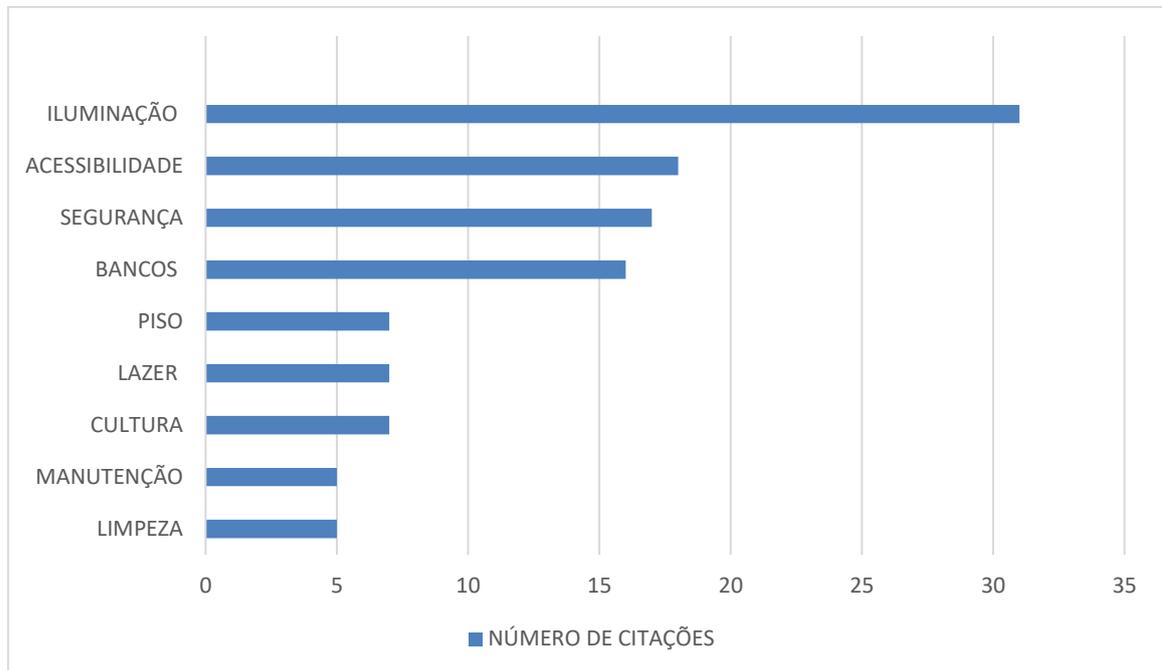
Pacheco (2016), sugere que se, por um lado, o lazer pode ser compreendido por diferentes aproximações e manifestações culturais, realizadas com autonomia e liberdade, por outro, pode ser indicador de mercantilização do tempo. No mesmo caminho, as atividades realizadas em ambientes religiosos podem ocorrer a partir de campanhas publicitárias, elementos culturais ou como dívida e obrigação (CHRISTOFFOLI, 2012). Não por acaso, a praça do mercado municipal despontou como primeira opção dos participantes da pesquisa, seguida pela praça da Catedral, equipamentos que não dependem diretamente de políticas públicas para atrair a população.

Quando questionados sobre como o lazer se manifesta no cotidiano, as respostas mais citadas indicaram⁷: casa de amigos foi o item mais votado, com 86,5% das respostas; o item cinema, 55,1%; shopping center foi citado por 34,8%; 27% citaram as praças como equipamento de lazer; os clubes apareceram em 16,9% das respostas. Outras respostas foram citadas e compreendem bares, chácaras de recreio, área rural, remar, pedalar e estudar, academia de ginástica, viajar, kartódromo e caminhada na marginal do SESC.

Quando questionados se há algo a melhorar nas praças do centro de São Carlos-SP, duas respostas foram negativas. Por outro, entre as 87 pessoas que disseram sim, as seguintes palavras obtiveram destaque (Gráfico 4):

⁷ Referente à questão 17 do questionário aplicado, em que os participantes poderiam elencar até três opções como resposta.

Gráfico 4. Palavras mais citadas nas respostas dos entrevistados.



Fonte: autor.

Bebedouros, lixeiras e árvores apareceram por três vezes cada. Também foi sugerida, por duas vezes, a instalação de câmeras. Ciclovia e espaço para caminhada apareceram uma vez. Um participante citou que “algumas técnicas compensatórias LID (Low Impact Development)⁸ poderiam melhorar não somente a infraestrutura, mas otimizar o espaço público para gerar mais conforto a quem frequenta, além de auxiliar no paisagismo”. Na mesma direção, houve uma resposta sugerindo mais infraestrutura verde e cinza e melhor planejamento da infraestrutura existente.

Foi levantada, inclusive, a questão de que as praças poderiam servir de áreas de descompressão para os trabalhadores locais. A resposta 86 indica que: “deveria ser um espaço aconchegante, iluminado, um refúgio para as pessoas que trabalham aos redores e que teriam um lugar para descansar tranquilamente, seja no horário de almoço ou a qualquer hora. Um lugar que servisse para todos, não apenas para pessoas em situação de rua”.

⁸ O LID apresenta o planejamento de espaços urbanos por meio da conservação de processos hidrológicos, redirecionando as águas pluviais para seu reaproveitamento, sua infiltração e sua evaporação., mitigando os impactos provenientes da urbanização desordenada (United States Department of Defense, 2004, *apud* Zanandrea; Silveira, 2019).

A resposta 12 acrescenta que as praças são, de fato, espaços de fluxo: “em sua maioria, as praças são bem cuidadas, mas são, simplesmente, grandes passeios. Dificilmente encontramos estruturas que não sejam bancos, o que não atrai esses espaços para outras atividades, como esportivas e culturais. Podemos pensar em quadras esportivas, equipamentos de exercícios físicos, arenas ou palcos e pequenas arquibancadas. Claro que isso não garante o uso, mas a mobilização social ocorre de forma mais espontânea quando o instrumento já está disponível”.

A resposta 82, por sua vez, indica que: “não são espaços considerados para lazer, as arborizadas não possuem segurança, são praças em que, na sua maioria, residem pessoas em situação de rua ou usuários de drogas. Não possuem espaços para sentar em família, por exemplo, brinquedos para crianças. São, em sua maioria, espaços centrais que só servem de passagem”.

Nesse sentido, é possível observar que, embora a região poligonal história de São Carlos – SP disponha de uma quantidade significativa de espaços tendentes a garantir o exercício do direito social ao lazer, não há atrativos suficientes para a permanência das pessoas nos locais. A percepção de frequência de acesso, a carência de mobiliário de qualidade e a pavimentação das praças estão aquém do que a literatura e as normas de projeto vislumbram – comprometendo diretamente a acessibilidade, especialmente dos grupos mais vulneráveis, como mulheres, crianças, idosos e pessoas com deficiência. É necessário, inclusive, que políticas públicas de lazer sejam compreendidas para além das iniciativas de iniciação esportiva, como prevê a Secretaria de Esportes e Lazer de São Carlos – SP e que haja, de fato, o compromisso com a manutenção dos espaços públicos de lazer existentes antes da criação de novos equipamentos, como consta no Plano Diretor do Município.

Com vistas a oferecer outras opções que transcendam o lazer domiciliar ou as atividades onerosas, há exemplos de políticas de incentivo da participação humana nos espaços oferecidos pelas cidades. Contudo, é importante frisar que apenas a disponibilidade de equipamentos não garante a vivência do lazer, sendo necessário um planejamento que, além de otimizar o uso desses locais, incentive o acesso de um maior número de pessoas que zelem pela sua conservação (ALLEN, 2011).

O resultado do questionário aplicado representa bons indicadores dos desejos dos usuários da cidade sobre um espaço público ideal, sendo um material importante a ser considerado na concepção de políticas públicas. Há ainda exemplos concretos de sucesso

das iniciativas acerca do tema em várias partes do Brasil. Em Curitiba (PR), por exemplo, foi criado um grande modelo nacional de identidade cultural a partir da conexão do planejamento urbano com a preservação ambiental, gerando um perfil peculiar da cultura local por meio do uso cotidiano dos parques da cidade, fortalecendo o sentimento de pertencimento (RECHIA, 2007). A autora complementa que outras cidades do Paraná são marcadas por um intenso planejamento que associa, entre outras dimensões, cultura, lazer, esporte e preservação da natureza (RECHIA, 2007, p. 91).

A cidade é algo vivo e dinâmico e deve servir à sociabilidade, à interculturalidade e a expressão da diferença. Pacheco (2016) salienta o caso da Avenida Paulista, em São Paulo/ SP, como mais uma alternativa de vivência urbana:

[...] teatro, música (muita música, e de qualidade indiscutível), danças, artes plásticas, jogos e brincadeiras, atividades físicas das mais diversas fazem destes espaços de expressão da diversidade dos lazeres possíveis nos espaços públicos, quando se estimula a sua ocupação, numa cidade que os oferece como direito humano (PACHECO, 2016, p. 100).

Outra possibilidade de apropriação do espaço urbano é permitir que escolas e secretarias de educação considerem a cidade como espaço de aprendizado. Contudo, de acordo com Pacheco:

Pouco se observam sobre o descontentamento e o descrédito dos grupos etários mais jovens com as formas de participação institucional na vida das cidades. No caso dos jovens em São Paulo, uma das mais evidentes inquietações tem sido sobre a qualidade da educação pública a que são submetidos e que desconsidera as potencialidades formativas para além da educação formal e escolar para além do espaço institucional da escola (PACHECO, 2016, p. 95).

O incentivo da participação da comunidade escolar na construção de espaços públicos vivos e ativos, que sirvam de palco para um aprendizado que exceda os muros da escola, fortalece o vínculo afetivo e aumenta uma perspectiva crítica, criativa e libertadora nesses e desses espaços.

Marcellino *et al.* (2007, p. 10) afirmam que “é fundamental entender todo o processo de planejamento, construção, administração e animação dos equipamentos, para que, com isso, possa se implantar, de forma mais adequada, uma política de democratização cultural”. Para Faria *et al.* (2017, p. 27), uma análise dos equipamentos de lazer, do comportamento e da participação dos usuários pode orientar melhor as políticas públicas na área, por meio da percepção da realidade vivenciada pelos sujeitos.

A Política Nacional de Esporte e do Lazer propõe, além da realização de diagnóstico da estrutura esportiva e de lazer das cidades, ações articuladas entre os diversos níveis da administração pública (ou de parcerias público-privadas e entre a comunidade) para a construção, modernização, revitalização, preservação, otimização e maximização para os espaços e equipamentos para a vivência do esporte e do lazer com segurança e qualidade, visando atender as necessidades da população (BRASIL, 2006).

Por fim, é fundamental que o lazer deixe de ser considerado como elemento descompromissado, reduzido a práticas esportivas, e ocupe lugar de destaque no planejamento e construção de uma cidade mais humana, compacta e diversa, que garanta sua prática integral, como previsto no Plano Diretor de São Carlos, na Constituição Federal e na Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

No passado, praças públicas configuravam espaços de encontro, manifestações culturais, políticas e oportunidades de lazer, uma vez que ofereciam um ambiente de uso comum a todos da sociedade. No entanto, a transição da vida rural para a vida urbana, impulsionada pelas ofertas de melhores condições de vida nas cidades, caracterizou o processo de fragmentação do tecido urbano, fortalecido pelo modelo individualista e consumista a partir da segunda metade do século XX.

Desde então, observou-se um cenário comum em algumas cidades brasileiras: o esvaziamento dos centros e a ocupação das periferias, pulverizando a população entre novas infraestruturas desconexas, característica do crescimento desordenado do traçado urbano. Dessa forma, com o sistema viário sobrecarregado por deslocamentos pendulares cada vez mais longos, o tempo disponível da população foi fortemente impactado, especialmente a de baixa renda, dependente de transportes públicos. Viu-se, então, o incentivo das cidades e construir vias de deslocamentos rápidos ao invés de priorizar a escala humana e o modal não motorizado de transporte.

Nesse sentido, acredita-se que a contenção do crescimento desordenado das cidades médias brasileiras impacta diretamente na otimização do tempo livre dos cidadãos - ferramenta importante para que as estratégias de planejamento urbano sejam revistas - vislumbrando uma malha urbana compacta e integrada, que possibilite a construção de espaços diversos, alinhados com as reais necessidades dos diferentes tipos de pessoas, independente de habilidades motoras, gênero, idade e classe social e que sobreponha ao desenho que privilegiou as modalidades individuais de transportes, como observado na segunda metade do século passado.

Dessa forma, o trabalho pretendeu verificar como as praças da região poligonal histórica de São Carlos- SP oferecem oportunidades de exercício do direito social ao lazer, previsto, como já citado, pela Constituição Federal de 1988. Por meio de um estudo de caso, foi realizada a combinação de duas formas de análise: uma quali-quantitativa, baseada em levantamento *in loco* dos equipamentos e mobiliários disponíveis, combinada com a aplicação de um questionário *on-line*, com o objetivo de contrastar a percepção dos usuários (ou não usuários) destes locais, para se obter uma projeção real do uso desses espaços.

Após a introdução apresentada no capítulo 1, com subsídios para avaliação dos espaços públicos baseados em condições de conforto para circulação e permanência de pessoas, pôde-se verificar a importância da avaliação dos usuários na construção de espaços que atendam às necessidades humanas em detrimento dos desejos de quem os projeta, , como permeabilidade do olhar, caminhabilidade, proteção de ruídos e sujeiras, clareza de informações e sinalização, além da possibilidade de apropriação dos espaços de forma lúdica.

O capítulo 2 se debruçou no exercício do direito social ao lazer e no fortalecimento do espaço público como forma de apropriação urbana e de garantia do direito à cidade, por meio de uma breve análise de documentos, como a Carta de Atenas (1933), momento em que o lazer passou a ser tratado como função da cidade, a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) e a defesa de que todas as pessoas têm direito ao repouso e ao lazer, até ser, finalmente, institucionalizado (no Brasil) pela Constituição Federal, em 1988.

Foi constatado, também, que, apesar do esforço, o lazer permeia com naturalidade entre as classes dominantes, mas ainda não é uma realidade para pessoas que não podem pagar. Atualmente, a partir do entendimento da importância do fortalecimento dos direitos humanos e da redução das desigualdades ambientais, o tema compõe a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, dando sequência à ideia da construção de uma cidade inclusiva e acessível.

O capítulo 3 se aprofundou na região poligonal histórica de São Carlos – SP, abrindo espaço para que a população assumisse papel de protagonismo nas discussões, em que a literatura evidenciou os resultados oriundos da aplicação do questionário *on-line*. Foi percebido que, apesar da disponibilidade de espaços abertos (em quantidade) na região, a política municipal de manutenção e conservação dos espaços públicos existentes deve ser incrementada. Problemas como pavimentação ruim, que geram rotas inacessíveis, além de iluminação de baixa qualidade, que comprometem o uso das praças nos diferentes períodos do dia, distanciam o interesse espontâneo dos usuários pelos locais, impedindo com que estes aproveitem o espaço urbano da região central.

Pela análise levantada das praças do centro, foi possível observar que pouco tem sido feito para que os espaços sejam atualizados às necessidades humanas. Por meio dos resultados da entrevista, viu-se que os equipamentos disponíveis não correspondem às expectativas da população no exercício do direito ao lazer na região. Há um elevado número de bancos, desproporcional à quantidade de lixeiras, grandes trechos de

circulação, porém poucas oportunidades de atividades estacionárias. Apenas uma, entre as 10 praças, oferece opções de lazer ativo por meio de quadras. Não foram identificadas pistas de caminhada ou de transporte alternativo (como skate, patins e bicicleta) e não há relato de academias populares – fatores que colocam as praças em desvantagem quando comparadas a outras ofertas no município.

Nesse sentido, acredita-se que o presente trabalho é uma contribuição para a elaboração de uma metodologia que considere a opinião popular como fundamental na construção e oferta de espaços acessíveis de qualidade, que atendam às necessidades da população como um todo na consolidação dos direitos já estabelecidos.

Espera-se, com base no que foi exposto, que o estudo sirva de mote para outras aproximações, tanto em São Carlos- SP, nos diferentes bairros, como em várias cidades médias do país, no intuito de diminuir as diferenças socioambientais e garantir o desenvolvimento ordenado e sustentável, uma vez que, com a diminuição da renda da população mediana, a possibilidade em pagar pelo lazer se torna inviável, aumentando, dessa forma, a desigualdade social.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGUIAR, M. H. P.; MATTOS, B. R. B.; CARDOSO, N. T. **O discurso ambiental brasileiro e a transformação do conceito de soberania: uma análise de Estocolmo à Rio+20**. Estudos Internacionais. v. 3, n. 1, jan/jun 2015. P. 141-164.
- ALEX, S. **Projeto da Praça, Convívio e Exclusão no Espaço Público**. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2011.
- ALLEN, S.M. **Espaços e equipamentos públicos de esporte e lazer em Praia Grande – SP: um olhar sobre a democratização**. 179f. Faculdade da Ciência da Saúde. Universidade Metodista de Piracicaba. Piracicaba, 2011.
- ANDRADE, G. M.; DOMENEGHINI, J.; MORANDO, J. P. S. K.; ROMANINI, A. **Princípios do Novo Urbanismo no Desenvolvimento de Bairros Sustentáveis Brasileiros**. Revista de Arquitetura da IMED, v. 2, n.1, 2013, p. 90-96, ISSN 2318-1109.
- ANDRADE, B. R.; LIMA, S. L.; LOUREIRO, C. F. G. **Compreensão da Problemática do Espriamento Urbano em Fortaleza no Contexto do Planejamento da Acessibilidade**. Universidade Federal de Alagoas. FAU. Pluris 2016. Paper1377.
- BARCELLOS, T. M.; MAMMARELLA, R. O significado dos condomínios fechados no processo de segregação espacial nas metrópoles. FEE, Porto Alegre, n.19, 2007.
- BAUMAN, Z. **Confiança e medo na cidade**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar editor Ltda. 2009.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.
- _____. Estatuto Da Cidade: Lei 10.257/2001 que estabelece diretrizes gerais da política urbana. Brasília, Câmara dos Deputados, 2001.
- _____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.
- _____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD). População Rural e Urbana. Disponível em: www.educa.ibge.gov.br. Acesso em 19 de setembro de 2021.
- BENTO, S. C.; CONTI, M. D.; BAPTISTA, R. M.; GHOBIL, C. N. **As Novas Diretrizes e a Importância do Planejamento Urbano para o Desenvolvimento de Cidades Sustentáveis**. Rev. Gest. Ambient. Sustentabilidade. São Paulo, vol. 7, n. 03, p. 469-488, set./ dez. 2018.
- CAIAFFA, W. T.; FERREIRA, F. R.; FERREIRA, A. D.; OLIVEIRA, C. L.; CAMARGOS, V. P.; PROIETTI, F. A. **Saúde Urbana: a cidade é uma estranha senhora, que hoje sorri e amanhã te devora**. Ciência e Saúde Coletiva. 13(6): 1785-1796, 2008.
- CALDEIRA, T. P. R. **Cidade de muros. Crime, segregação e cidadania em São Paulo**. São Paulo. Edusp, 2003.
- CECHIN, A. D.; VEIGA, J. E. **A economia ecológica e revolucionária de Georgescu-Roegen**. Ver. Econ. Polit. Vol. 30, n. 03. São Paulo, jul/ set, 2010.

- CHRISTOFFOLI, A. R.; PEREIRA, R. F. A.; SILVA, Y. F. **O Lazer no Turismo Religioso: uma análise nos discursos de turismo**. Revista de Turismo y Patrimonio Cultural. v. 10, n. 05. p. 596-603. Espanha, 2012.
- COLENCI, P. L.; OLIVEIRA, C. M. **Direito Urbanístico: ramo autônomo**. Estatuto da Cidade: avanços e desafios. Tupã: ANAP, 2017.
- DE ANGELIS, B. D.; CASTRO, R. M.; DE ANGELIS, G. N. **Metodologia para Levantamento, Cadastramento, Diagnóstico e Avaliação de Praças no Brasil**. Revista de Engenharia Civil, n.20, p. 57-70. Braga, 2004.
- DORNELES, V. G.; LUZ, G. Y.; ELY, V. H. M. B. **Guia de Acessibilidade em Praças e Parques**. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina. 2014. 163 p. Relatório de Projeto de Extensão.
- DUMAZEDIER, J. **Sociologia Empírica do Lazer**. São Paulo: Perspectiva: SESC, 1979.
- GARCIAS, C. M.; BERNARDI, J. L. **As Funções Sociais da Cidade**. Revista Direitos Fundamentais & Democracia (UniBrasil), v. 4, p. 01-15, 2008.
- GEHL, J. **Cidade para pessoas**. 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 2015.
- GEHL, J.; SVARRE, B. **A vida na cidade: como estudar**. 1. ed. São Paulo. Perspectiva, 2018.
- GROSBAUM, M. **O espaço público no processo de urbanização de favelas**. 2012. 189p. – FAUUSP, São Paulo, 2012.
- GRUBER, G. V.; STOPPA, E. A. **O lazer do brasileiro: representações e concretizações nos espaços e equipamentos**. Campinas, SP. Autores Associados, 2017.
- ISAYAMA, H. F.; STOPPA, E. A. **Lazer no Brasil: representações e concretizações das vivências cotidianas**. Campinas, SP: Autores Associados, 2017.
- IRAZABAL, C. **Da Carta de Atenas à Carta do Novo Urbanismo. Qual seu significado para a América Latina?** In: ARQUITEXTOS – periódico mensal de textos de arquitetura. Disponível em: www.vitruvius.com.br/arquitextos/arq019/bases/03tex.asp. 24 de junho de 2002. Acesso em 15/05/2020.
- KANASHIRO, M. **Da Antiga à Nova Carta de Atenas – Em Busca de Um Paradigma Espacial de Sustentabilidade**. Desenvolvimento e Meio Ambiente, n. 9, p. 33-37, jan./jun. 2004. Editora UFPR.
- JACOBS, J. **Morte e Vida de Grandes Cidades**. 2. ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2009.
- LARA, F. **Admirável urbanismo novo**. Arquitectos, n. 56, fev. 2001. Portal Vitruvius. Disponível em www.vitruvius.com.br/arquitextos/arq000/esp056.asp. Acesso em 08 de novembro de 2020.

LOBODA, C. R. Espaço público e periferia na cidade contemporânea: entre as necessidades e as possibilidades. *RAEGA: O espaço geográfico em análise*. Curitiba. n.37, 37-63, agosto, 2016.

MACEDO, A. C. **A Carta do Novo Urbanismo Norte-Americano**. Revista Integração, n. 48, p. 11-21, 2007.

MACIEL, M. A. **Uma Proposta de Lista para Avaliação de Praças**. Universidade Federal do Espírito Santo, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo. Vitória, 2016.

MARCELLINO, N. C. **Lazer e Educação**. Campinas: Papirus, 1987.

_____, **Lazer e Educação**. 10. ed. Campinas: Papirus, 2003.

_____, **Lazer e cultura**. Campinas: Alínea, 2007.

_____, N.C. *et. al.* **Lazer, cultura e patrimônio ambiental urbano: políticas públicas: os casos de Campinas e Piracicaba – SP**. Curitiba: OPUS, 2007.

_____, N.C. **Políticas Públicas de Lazer**. Editora Alínea. 2008.

MARICATO, E. **Cidades Rebeldes**. São Paulo: Boitempo/ Carta Maior 2013.

MATOS, F. L. **Espaços Públicos e Qualidade de Vida nas Cidades – O caso da Cidade do Porto**. Revista Eletrônica de Geografia, v. 2. N.4, p. 17-33, julho, 2010.

MONTE, V. F. G.; QUARESMA, C. C.; KNISS, C. T.; FERREIRA, M. L.; CONTI, D. M. **Análise das contribuições do Novo Urbanismo e do Bairro Pedra Branca/ SC – Brasil para a solução de problemas de mobilidade urbana**. G&DR. v. 14, n. 4, p. 269-294, julho/2018. Taubaté, São Paulo, Brasil.

NACTO – National Association of City Transportation Officials. **Guia Global de Desenho das Ruas**. Editora Senac. São Paulo, 2018.

NADALIN, V.; IGLIORI, D. **Espraiamento Urbano e Periferização da Pobreza na Região Metropolitana de São Paulo: Evidências Empíricas**. EURE | vol 41 | no 124 | septiembre 2015 | p. 91-111.

NAHAS, M. V.; BARROS, M. V. G; OLIVEIRA, E. S. A.; SIMMM, E. E.; ANTHONY, G. **Lazer Ativo: um programa de promoção de estilos de vida ativos e saudáveis para o trabalhador da indústria**. Revista Brasileira de Atividade Física e Saúde, Londrina, v. 15, p. 260-264, 2010.

NARCISO, C. F. **Espaço público: acção política e práticas de apropriação. Conceito e procedências**. Universidade de Lisboa. Estudos e pesquisas em psicologia. p. 265-291.

NIEMEYER, C. A. C. **Percepção e desenho Ambiental em Praças Públicas na Cidade de Caraguatatuba – SP**. 2015. 174 f. Tese (Doutorado) – Curso da Faculdade de Engenharia Civil, Arquitetura e Urbanismo, Arquitetura, Tecnologia e Cidade. Universidade Estadual de campinas. Campinas, 2015.

ORNSTEIN, S. W. **Avaliação Pós- Ocupação (APO) no Brasil, 30 Anos: O que há de Novo?** Revista Projetar. Projeto e Concepção do Ambiente. Universidade Federal do Rio Grande do Norte, v. 2, n. 2, agosto, 2017.

- PACHECO, R. **Lazer e Cidades: Protagonismos e Antagonismos nas Lutas por Espaço**. Revista do Centro de Pesquisa e Formação. São Paulo, n.2, p. 92-103, 2016.
- PEDROSA, R. N.; MIRANDA, L. I. B.; RIBEIRO, M. M. R. **Avaliação Pós- Ocupação Sob o Aspecto do Saneamento Ambiental em Área de Interesse Social Urbanizada no Município de Campina Grande, Paraíba**. Engenharia Sanitária e Ambiental, v. 21, n. 3, Rio de Janeiro – Jul-Set, 2016. Rio de Janeiro, 2016.
- RECHIA, S. **Espaço e Planejamento Urbano na Cidade Contemporânea: Políticas Públicas e a Busca por uma Marca Identitária na Cidade de Curitiba**. Movimento, vol. 11, n. 3, septiemre-diciembre 2005, p. 49-66. Rio Grane do Sul, Brasil.
- RECHIA, S. **Curitiba Cidade- Jardim: a relação entre espaços públicos e natureza no âmbito das experiências do lazer e do esporte**. Revista Brasileira de Ciências do Esporte. Campinas, v.28, n.03, p. 89-107, 2007.
- REOLON, C. A.; MIYAZAKI, V. K. **Cidades Médias: Um Viés pelos Deslocamentos Pendulares**. Espaço Aberto. PPGG – UFRJ – v. 5, n. 1, p. 49- 71, 2015. ISSN 2237-3071.
- RODRIGUES, E. H. C. **O espaço na Construção de uma Política de Lazer – Estudando Sorocaba-SP**. Rev. Bras. Cienc. Esporte, Campinas, v. 24, n. 3, p. 23-37, maio 2003.
- RODRIGUES, F. A. S. **Subsídios para a qualificação de espaços públicos e abertos, aplicados em praças centrais de São Carlos (SP)**. Cadernos Zygmunt Bauman, v. 08, n. 18, p. 131-147, 2018.
- ROLNIK, R. **O lazer humaniza o espaço urbano**. In: SESC SP. (Org.). Lazer numa sociedade globalizada. São Paulo: SESC São Paulo/World Leisure, 2000.
- ROLNIK, R. **O que é a cidade**. Editora Brasiliense. Série Primeiros Passos. 84 pg. São Paulo, 1988.
- ROSIN, J. A. R. G; OLIVEIRA, C.M. **Estatuto da Cidade: Avanços e desafios**. Tupã: ANAP, 2017.
- SÃO CARLOS (MUNICÍPIO). **Lei Municipal nº 18.053, 19 de dezembro de 2016**. Estabelece o Plano Diretor do Município de São Carlos e dá outras providências, 2016.
- SÃO CARLOS (MUNICÍPIO). **Praças de São Carlos. FPMSC - Fundação Pró-Memória de São Carlos**. São Carlos, 2012.
- SANTOS, F. C.; AMARAL, S. C. F. **Sobre Lazer e Políticas Sociais: Questões Teoricoconceituais**. Pensar a Prática, Goiânia, v. 13, n. 3, p. 113, set/ dez. 2010.
- SILVA, E. A. P. C.; SILVA, P. P. C.; OLIVEIRA, L. S.; SANTOS, A. R. M.; RECHIA, S.; FREITAS, C. M. S. M. **Percepções da qualidade do ambiente e vivências dos espaços públicos de lazer. Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte**. Publicado por Elsevier Editora LTDA. 2016.
- SILVA, D. **Importância da Recreação e do Lazer**. Brasília: Gráfica e Editora Ideal, 2011.
- SOUZA, J. G; **Limites do território**. Agrária, São Paulo, n. 10/11. P. 99/130. São Paulo.

STIGT, V. R; DRIESSEN, J. P. P.; SPIT, MJT. **A Window on Urban Sustainability Integration of Environmental Interest in Urban Planning Through 'decision windows'**. *Environmental Impact Assessment Review*, 42, 18-24. 2013.

VILLA, S. B.; SARAMAGO, R. C. P.; GARCIA, L. C. **Desenvolvimento de Metodologia de Avaliação Pós- Ocupação do Programa Minha Casa Minha Vida: Aspectos Funcionais, Comportamentais e Ambientais**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA. Brasília, p. 7-53, outubro, 2016.

ZANANDREA, F.; SILVEIRA, A. L. L. **Uso de técnicas de low impact development no controle de impactos hidrológicos**. Artigo técnico. *Eng. Sanit. Ambient.* 24 (6). Nov-Dec 2019

6. ANEXOS

6.1 QUESTIONÁRIO

Eu, Marcos Rogério Navarro, na condição de aluno do programa de mestrado em Ciências Ambientais da Universidade Federal de São Carlos, solicito sua colaboração para responder a um questionário com 15 questões de múltipla escolha e duas questões abertas, com o intuito de avaliar a qualidade dos espaços públicos construídos na região central da cidade de São Carlos – SP. O tempo estimado para responder ao questionário é de 10 minutos. As respostas são sigilosas, mas podem ser discutidas com alguma pessoa da sua confiança, caso sinta necessidade. A pesquisa não apresenta riscos diretos de danos às dimensões física, moral ou psíquica do (a) participante. No entanto, é possível que, ao ler ou responder o questionário, sejam evocados sentimentos de lembranças ou cansaço em virtude do tempo ou da reflexão demandada para responder às perguntas, sendo possível a retomada das atividades em momento posterior. As respostas são sigilosas e o resultado da pesquisa estará disponível na biblioteca da Universidade Federal de São Carlos. Caso a pesquisa seja utilizada para publicação em eventos ou artigos científicos, nenhum (a) participante será identificado (a), sendo resguardados seus dados e sua imagem (respostas anônimas).

1 - Gênero: () Masculino () Feminino () Prefiro não informar

2 - Idade: () Menos de 20 anos () 21 a 40 anos () 41 a 55 anos () Mais de 55 anos

3 - Ocupação: () Trabalhador (a) () Estudante () Aposentado (a) () Desempregado (a)

Localização

4 – Você costuma frequentar a região Poligonal Histórica (centro) da cidade se São Carlos?

() **Sim** () **Não**

5 – Se sim, com qual frequência costuma ir ao centro da cidade?

() **1 vez por semana** () **2 a 3 vezes por semana** () **Mais de 3 vezes por semana**

6 – No centro da cidade, você costuma:

() **Ir a trabalho** () **Resolver assuntos pessoais** () **Realizar atividades de lazer**

Áreas de convivência - Praças

7 – Qual sua percepção sobre as praças públicas do centro de São Carlos:

Ótima Boa Razoável Precária Péssima

8- Adequação das áreas para jovens e adultos:

Ótima Boa Razoável Precária Péssima

9 – Qual sua opinião sobre os bancos, mesas ou espaços de convivência:

Ótima Boa Razoável Precária Péssima

10 – Qual das praças você utiliza com mais frequência:

Praça Antônio Prado

Paróquia São Benedito

Largo Santa Cruz

Parque do Centro esportivo Dario P Cardoso Júnior

Biblioteca Municipal

Praça dos Voluntários

Mercado Municipal

Catedral

Praça Coronel Paulino de Castro (Jardim público)

Praça Coronel Salles de Castro

Acessibilidade

11 - Presença de rampas, corrimãos e piso tátil:

Ótima Boa Razoável Precária Péssima

12- Revestimento de calçadas e guias rebaixadas:

Ótima Boa Razoável Precária Péssima

13 - Iluminação:

Ótima Boa Razoável Precária Péssima

Práticas Esportivas

14- Você costuma utilizar as praças do centro de São Carlos para praticar exercícios físicos?

Sim **Não**

15- Quais esportes você costuma praticar no seu tempo de lazer?

16- Na sua opinião, como as praças do centro da cidade de São Carlos podem melhorar?

17 - Em seus momentos de lazer, você costuma frequentar (cite até 3, por ordem de preferência):

Clube **Shopping** **Praça** **Cinema** **Casa de amigos** **Prefere não sair**

Obrigado por sua atenção.

6.2. PRAÇA ANTÔNIO PRADO



6.3. LARGO SANTA CRUZ



6.4. PRAÇA ELIAS SALLES



6.5. PRAÇA DA BIBLIOTECA



6.6. PRAÇA DOS VOLUNTÁRIOS



6.7. PRAÇA DO MERCADO MUNICIPAL



6.8. PRAÇA DA CATEDRAL

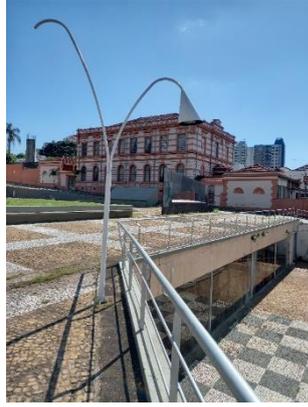




6.9. JARDIM PÚBLICO



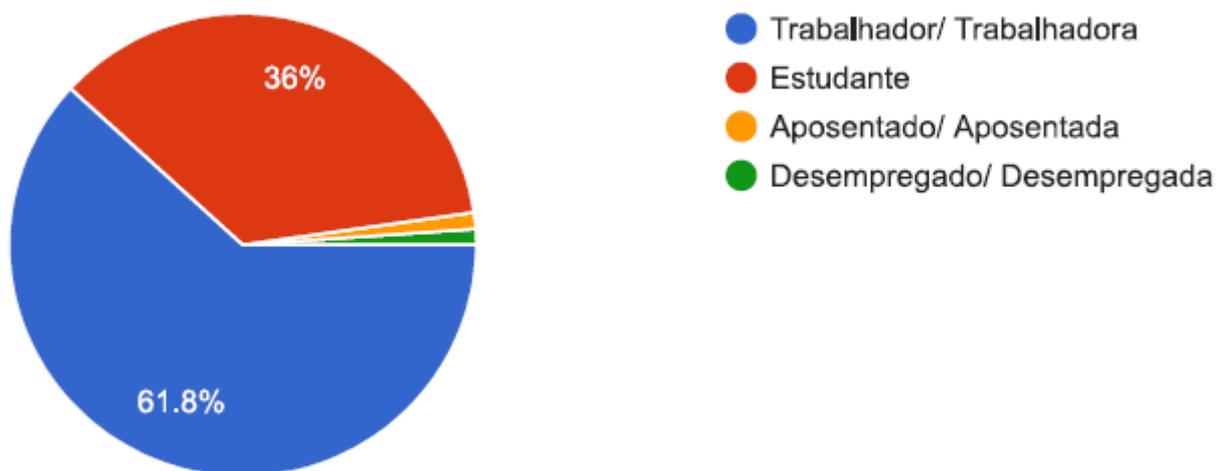
6.10. PRAÇA CORONEL SALLES DE CASTRO



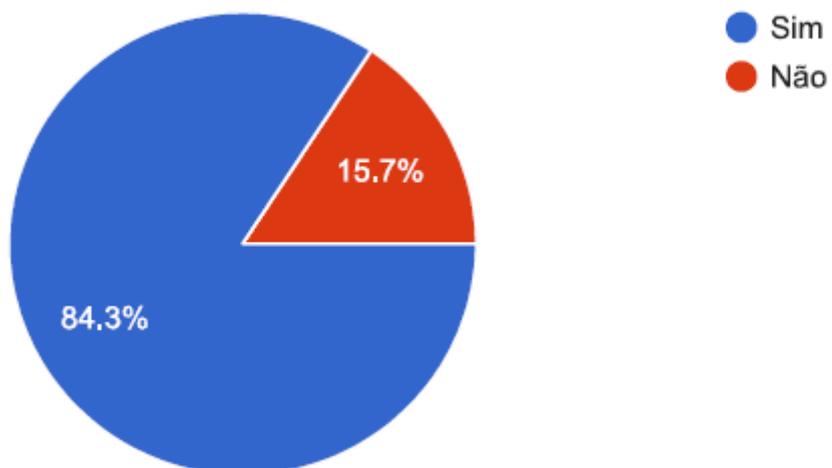




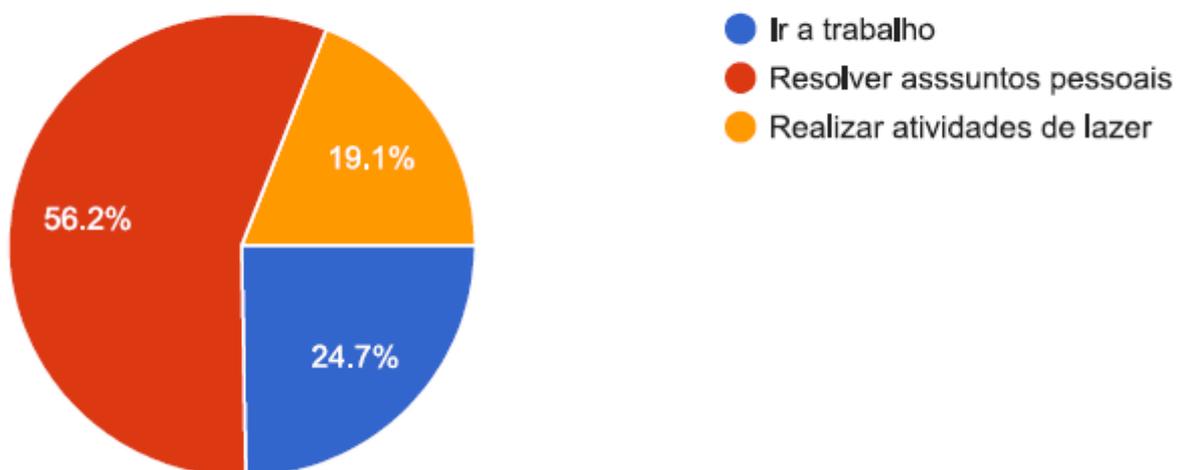
6.11. MEDIDAS COMPORTAMENTAIS



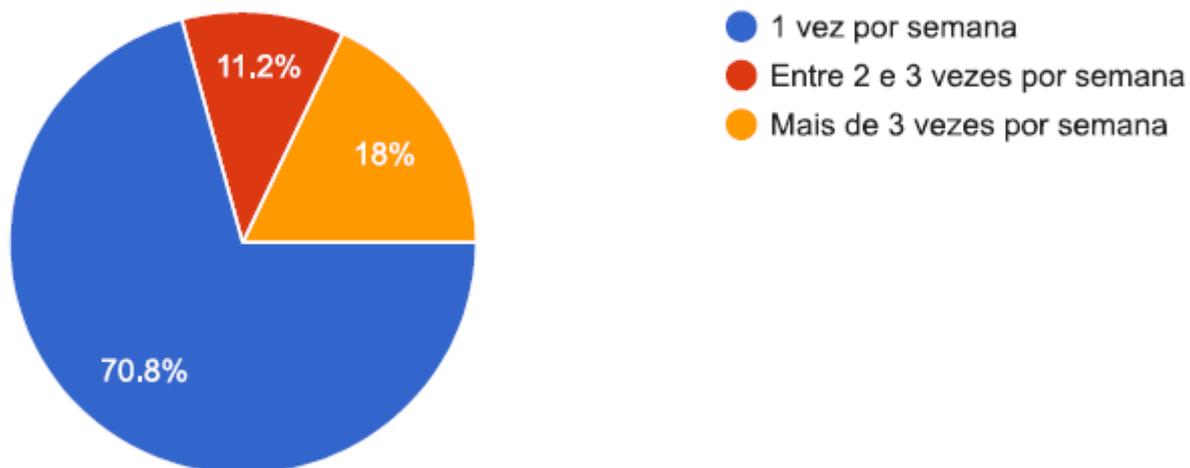
Ocupação dos participantes. Fonte: Autor.



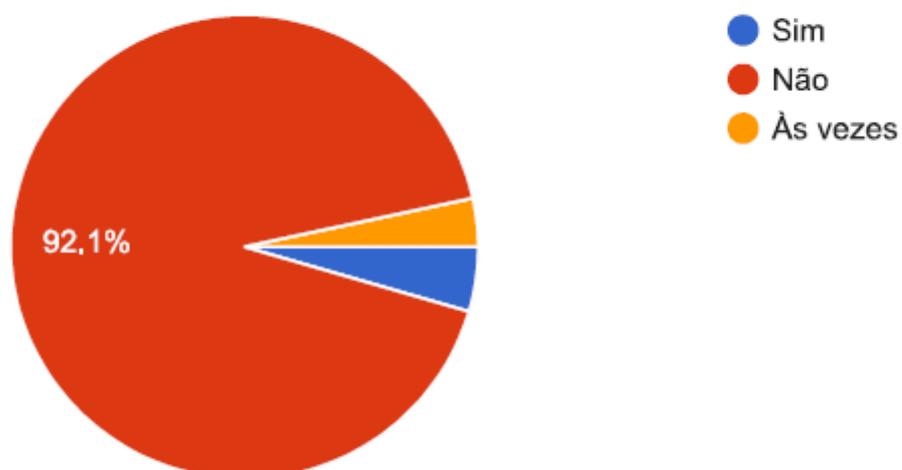
Participantes que frequentam a Poligonal Histórica de São Carlos. Fonte: Autor.



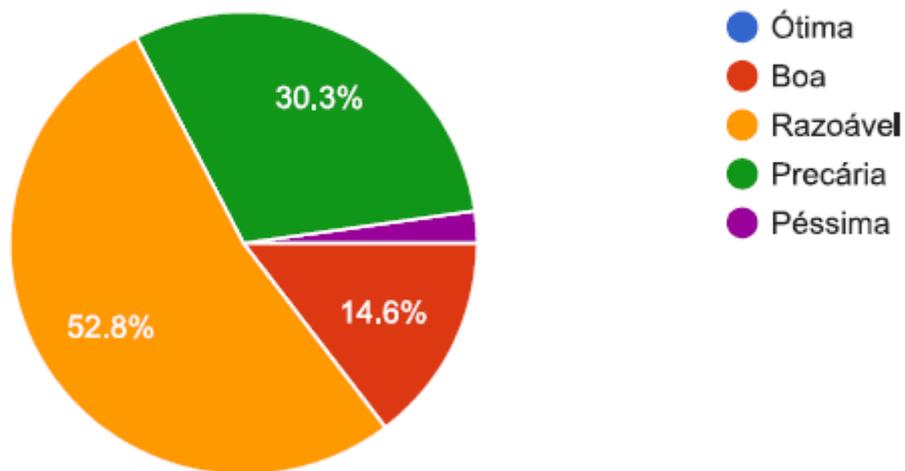
Atividades que os participantes desenvolvem no centro. Fonte: Autor.



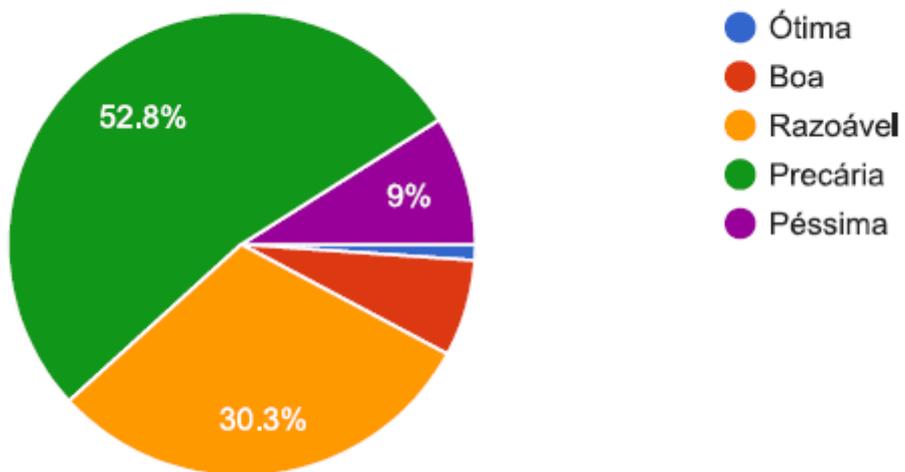
Frequência de acesso dos participantes às praças. Fonte: Autor.



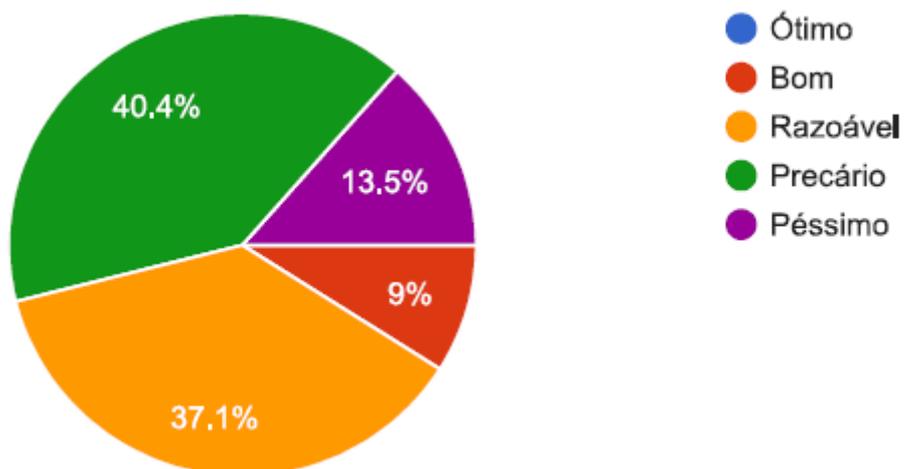
Prática de atividades físicas, de acordo com os participantes. Fonte: Autor.



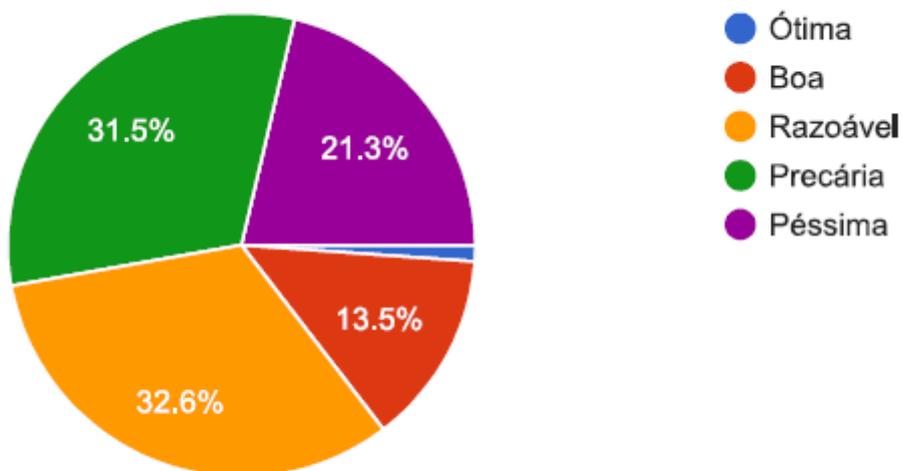
Percepção dos participantes sobre as praças da poligonal histórica. Fonte: Autor.



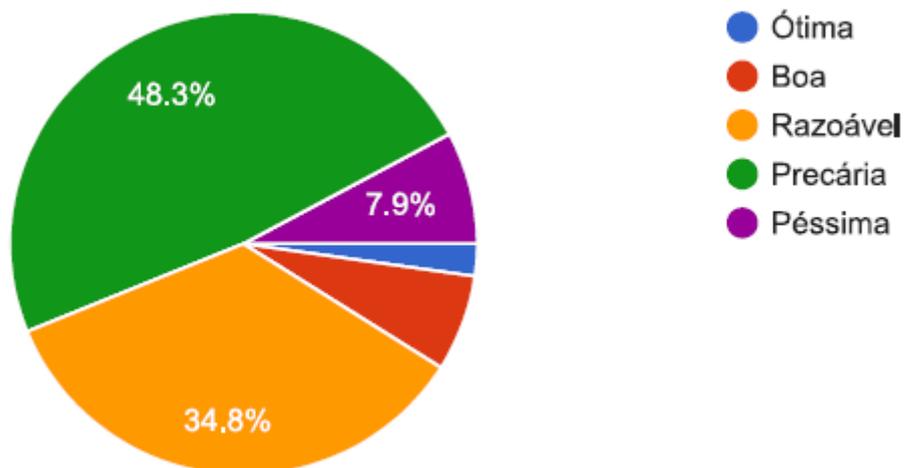
Percepção dos participantes sobre acessibilidade das praças. Fonte: Autor.



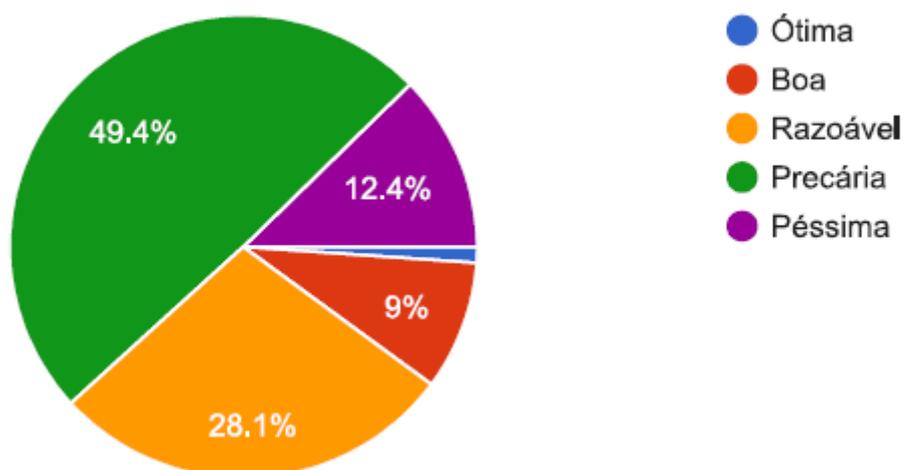
Percepção dos participantes sobre a pavimentação das praças. Fonte: Autor.



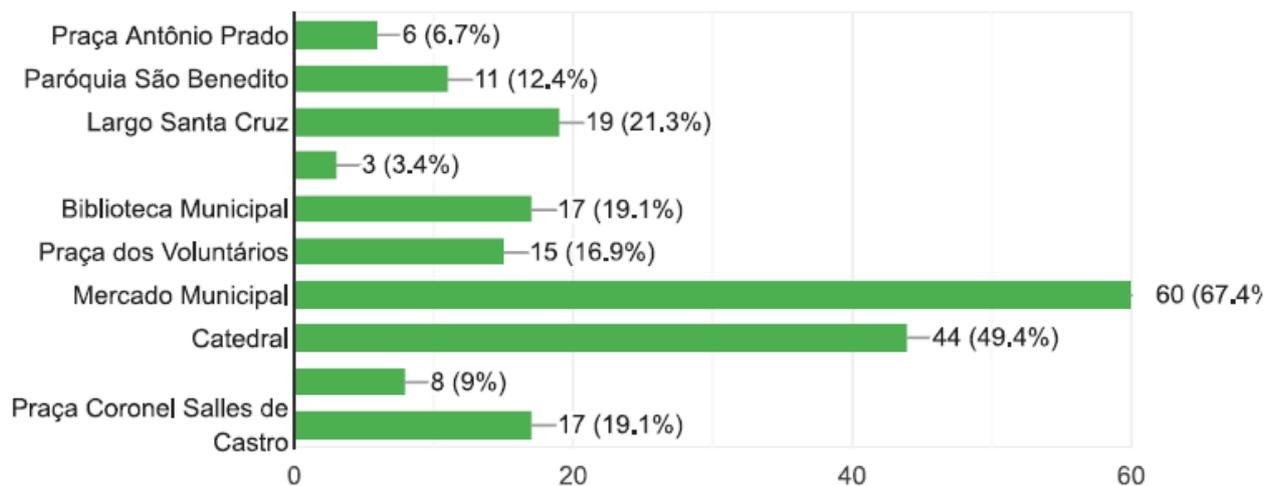
Percepção dos participantes sobre a iluminação das praças. Fonte: Autor.



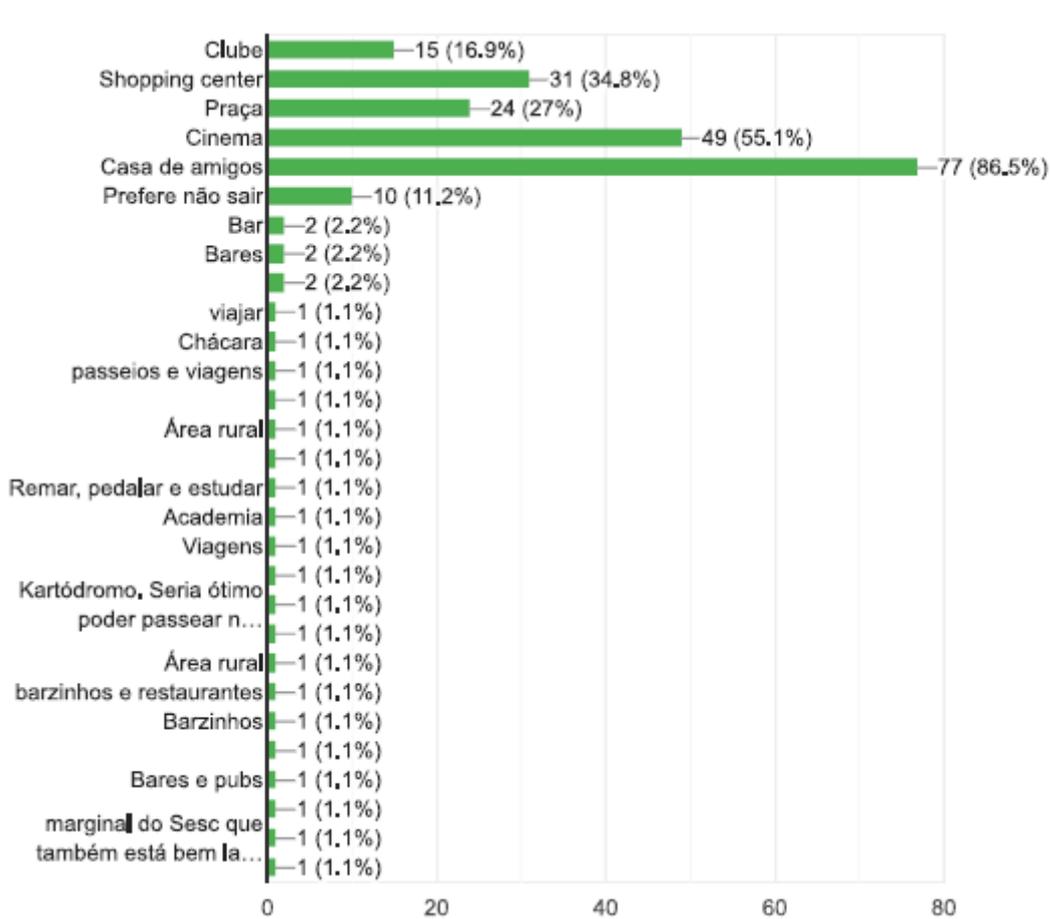
Percepção dos participantes sobre a adequação dos espaços a jovens e adultos. Fonte: Autor.



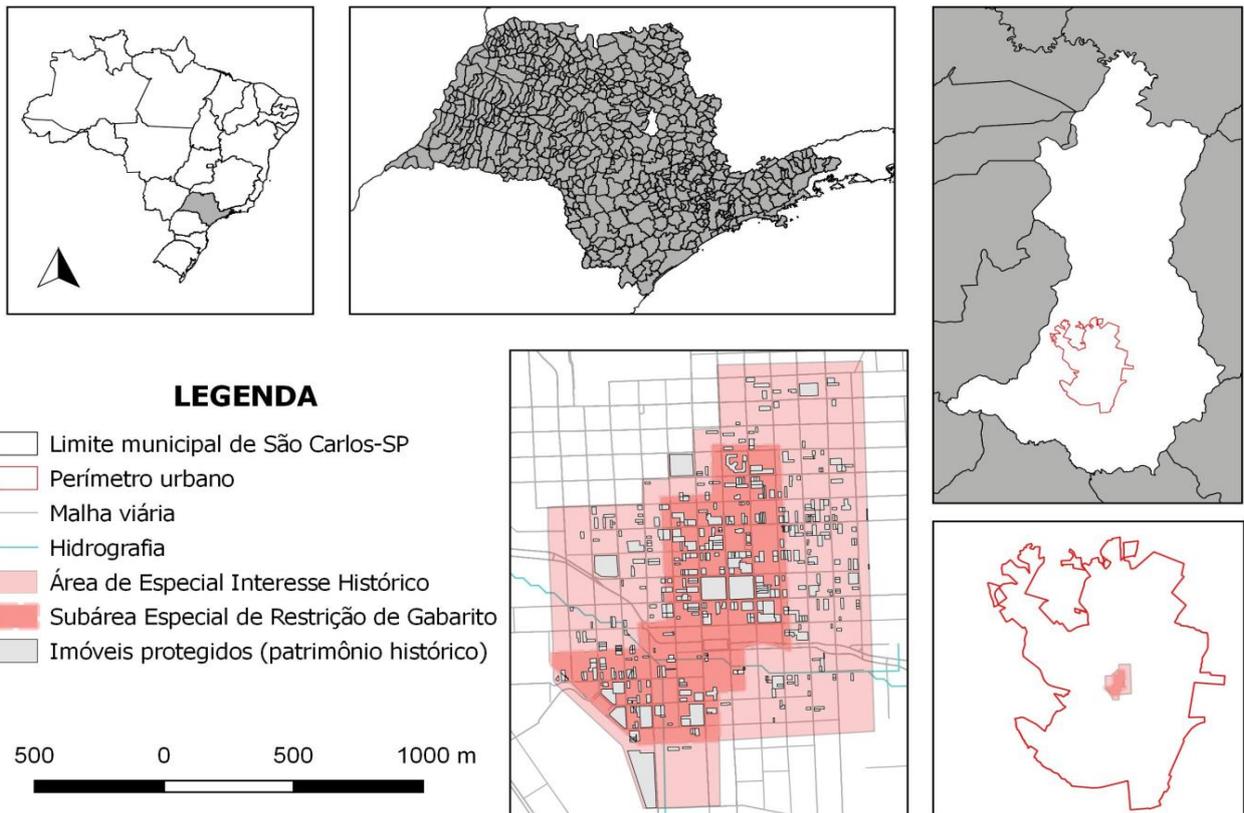
Percepção dos participantes sobre os bancos e áreas de convívio. Fonte: Autor.



Espaços mais frequentados pelos entrevistados. Fonte: autor.



Outros espaços citados pelos entrevistados. Fonte: Autor.



Fonte: Elaboração própria (baseado em: SÃO CARLOS, 2016b).